REVISTA unisan

Ciências Humanas

Fonte: https://www.redebrasilatual.com.br/wp-content/uploads/2019/12/desmatamento.jpg

ISSN 1980 -1742
Ano 17 – Número 42 – Dezembro de 2022

Todos os direitos desta edição estão reservados*

REVISTA

CIÊNCIAS HUMANAS

Ano 17, Número 42, Dezembro de 2022
ISSN 1980-1742

FICHA TÉCNICA

Reitor da UNISAN	Anunciato Storópoli Neto
Assessor da Reitoria	Gabriel Sassi Storópoli
Conselho Editorial	Antonio Mota Forestier - UNICAMP/ École des Haut Étude en Science Sociale (Paris) Gabriel Sassi Storópoli - UNISAN Silvia Sassi Storópoli - UNISAN
Corpo Editorial	Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Jorge Luiz Barros da Silva Paulo de Tarso Santini Tonon
Edição e editoração	Paulo de Tarso Santini Tonon

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
http://www.santarita.br
Telefone (11) 2241 – 0777

* permitida a livre reprodução e divulgação, desde que a fonte seja adequadamente citada

CAPA

Foto da capa – *Fonte: https://www.redebrasilatual.com.br/wp-content/uploads/2019/12/desmatamento.jpg*

O DESMATAMENTO NO BRASIL

O desmatamento na Amazônia cresceu 108% no mês de janeiro de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que faz o monitoramento por meio de imagens de satélite do sistema Deter.

Segundo o Inpe, foram desflorestados 284 quilômetros quadrados, contra 136 quilômetros quadrados em janeiro de 2019. Os dados confirmam uma tendência de crescimento que vem desde o ano passado. Em 2019, o desmatamento aumentou 85,3% em relação ao ano anterior e o sistema Deter mostra que, entre janeiro e dezembro de 2019, a área total com alertas de desmatamento chegou a 9.166 km², maior número desde 2015 e quase o dobro da área registrada em 2018 (4.946 km²).

A principal revista científica internacional, Nature, publicou artigo assinado por 1.239 cientistas de diversas instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, entre eles nomes como Carlos Nobre e Paulo Artaxo. Os signatários destacaram o fato de estar no país a maior parte da floresta amazônica, que armazena imensas quantidades de carbono e 12% dos recursos hídricos globais. Para eles, é necessária a pressão de parceiros comerciais internacionais, governos estaduais e municipais, além de membros do Legislativo e a sociedade civil para pressionar o governo brasileiro "antes que a humanidade perca serviços críticos dos ecossistemas".

A área de floresta desmatada da Amazônia Legal em 2022 foi a maior dos últimos 15 anos, de acordo com novos dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). De agosto de 2021 até julho deste ano – quando começa e termina, respectivamente, o calendário de monitoramento do SAD – foram derrubados 10.781 quilômetros quadrados de floresta, o que equivale a sete vezes a cidade de São Paulo.

O cenário alarmante já era previsto nos primeiros cinco meses deste ano, quando o instituto divulgou que o bioma havia perdido no período o equivalente a 2 mil campos de futebol por dia de mata nativa. Ou, 3.360 quilômetros quadrados de floresta. A maior devastação da série histórica calculada pelo Imazon desde 2008. Conforme mostrou a RBA, o desmatamento nos primeiros meses do ano foi maior do que o registrado em 2021, que já havia representado um salto em relação a 2020. Naquele ano, também segundo o levantamento do instituto, o indicador foi de 1.740. Ou seja, em dois anos, o salto da devastação foi de quase 100%.

Em informe anual sobre a situação das florestas no mundo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) – agência da ONU – revela que o desmatamento no Brasil terá um impacto negativo também para os lucros dos agricultores pelas próximas três décadas. O órgão estima prejuízos de mais de US$ 1 bilhão por ano nsse setor, enquanto sua preservação poderia garantir renda ao Brasil.. O documento faz um alerta sobre como o desmatamento no Brasil tem sido "significativo". As conclusões dos pesquisadores também vão no sentido contrário às teses da suposta necessidade de transformar áreas de proteção em locais de exploração econômica. A FAO comprova que os modelos de preservação da floresta podem conviver com o combate à pobreza. De acordo com a entidade, a preservação de um hectare garantia uma renda de US$ 800 dólares por ano na Amazônia brasileira.

Enquanto o desmatamento contínuo só garantirá prejuízos. "As quedas de chuvas ligadas ao desmatamento no sul da Amazônia brasileira poderiam causar perdas agrícolas – por exemplo, quedas na produção de soja e pecuária – avaliadas em mais de US$ 1 bilhão por ano entre agora e 2050", diz a FAO. O montante previsto é baseado em um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e da Universidade de Bonn, na Alemanha.

Fontes de pesquisa:
https://www.redebrasilatual.com.br/tag/desmatamento-na-amazonia/

https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/com-bolsonaro-desmatamento-da-amazonia-legal-e-o-maior-dos-ultimos-15-anos-revela-imazon/

CAMINHANDO PARA O ABISMO

Paulo de Tarso Santini Tonon

O desmatamento do território brasileiro se iniciou desde a chegada dos portugueses em 1500, com a exploração desenfreada do pau-brasil, hoje em risco de extinção. Acentuou-se, como em todo o planeta, com o advento da Revolução Industrial - período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII.

Suas causas são, além da agricultura e da pecuária, responsáveis por cerca de 80% da derrubada de áreas verdes naturais, a exploração ilegal de madeira e a expansão das cidades, muitas vezes promovida sem planejamento e decorrente da gentrificação.

Os países hoje considerados desenvolvidos foram os maiores responsáveis pela devastação das florestas em seus territórios, visando auferir vantagens econômicas. Nos dias atuais, as coberturas vegetais originais desses países se encontram praticamente destruídas. Na busca de igual desenvolvimento, os países do chamado "Terceiro Mundo" atualmente são os que mais agridem seus biomas naturais.

Embora a necessidade de produzir alimentos e de promover o desenvolvimento da industrialização levem à conclusão de que a agressão aos biomas seja uma consequência inevitável e economicamente aceitável, isso se mostra uma perigosa armadilha. O desmatamento tem como danosa consequência a perda de biodiversidade da fauna e da flora, o que leva à drástica redução do que chamamos de serviços ecológicos prestados pelas florestas – a manutenção do clima e do ciclo hídrico, sem os quais a sobrevivência da humanidade se tornaria inviável.

A Amazônia Legal é a região mais importante quanto ao equilíbrio climático e cujo processo de desmatamento evidencia aceleração vertiginosa nos últimos anos. Embora de importância crucial para o clima de todo o planeta, a floresta amazônica não é o único bioma brasileiro fortemente ameaçado pela ação humana. O Cerrado perdeu cerca de 60% de sua cobertura original, apenas nos últimos 30 anos e a Caatinga, que sofre com a extração de lenha e de carvão vegetal, concentra mais de 60% das áreas em risco de desetificação do nosso país.

A Mata Atlântica, floresta de imensa biodiversidade e que cobria por volta de 15% do território brasileiro, se encontra reduzida a apenas 12,4% de sua extensão original. Isso é muito grave, se nos recordarmos que sete das nove maiores bacias hidrográficas do Brasil se situam em regiões de mata atlântica. A preservação da vegetação é fundamental para que as nascentes desses cursos d'água se mantenham ativas e forneçam água para consumo humano, agrícola e para a geração de eletricidade.

Ao desmatamento podemos acrescentar a pesca predatória, a caça e o tráfico de animais silvestres, além do turismo desordenado e pouco estruturado, que compromete os biomas pela poluição que promove.

Sem que nos responsabilizemos pela ocupação equilibrada e consequente das matas e do uso dos recursos naturais, a sobrevivência da espécie humana resulta perigosamente comprometida.

Dessa forma, de que valerão as esperanças de uma vida melhor expressas em nossos votos de Ano Novo? Perigosa ingenuidade pela qual somos todos responsáveis!

APRESENTAÇÃO

A Revista UNISAN é uma publicação eletrônica do Centro Universitário Santa Rita, que objetiva o desenvolvimento e a democratização do acesso ao conhecimento.

Compreendemos como nossa missão, levar ao conhecimento do mundo acadêmico trabalhos de professores e pesquisadores da nossa e de outras instituições de ensino superior, além de trabalhos de alunos que, em parceria com seus orientadores, se destacaram em qualidade e importância.

No desejo de que a leitura desta publicação enriqueça e inspire a produção e a difusão do conhecimento, despedimo-nos.

Boa leitura e até a próxima edição!

O editor

SUMÁRIO

ARTIGOS

1 – **REVITALIZAÇÃO DO PARQUE LINEAR TRANSGUARULHENSE**
Alex Sandro Tomazini e Andrea Patricia Nogueira 6

2 – **A AVALIAÇÃO COMO AÇÃO PEDAGÓGICA**
Paulo de Tarso Santini Tonon 22

3- **A ESCOLA MODERNA E O PROFESSOR: AMBIVALÊNCIAS E DIALÉTICAS**
Rodrigo Barboza dos Santos e Luana Mamani Gutierrez 32

4 – **A CLÁUSULA CROSS DEFAULT NOS CONTRATOS COLIGADOS**
Beatriz Cal Tavares ..... .41

5 – **SAÚDE MENTAL DE FILHOS DE PAIS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DEPRESSIVO: O PAPEL DO PSICÓLOGO**
Luciane dos Santos Bertunes e Taynan Filipini Bonini..... 49

ENSAIO

O NATAL ANTES DO NASCIMENTO DE JESUS
Paulo de Tarso Santini Tonon 59

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO.....*62.*

REVITALIZAÇÃO DO PARQUE LINEAR TRANSGUARULHENSE

Alex Sandro Tomazini

Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017), Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College . Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.

alextomazini2019@gmail.com

Andrea Patricia Nogueira

Mestre e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC/SP. Professora do curso de especialização "Práticas reflexivas e ensino-aprendizagem de Inglês na escola pública" e professora efetiva de Inglês na rede pública.

apnogueira16@gmail.com

RESUMO

Sabe-se que parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população. Ao longo dos anos, os avanços tecnológicos e, principalmente, a urbanização trouxeram consigo vantagens, como por exemplo, a melhoria da qualidade de vida em locais mais afastados e mais oportunidades de negócios, mas também trouxe desvantagens, como a poluição ambiental e atmosférica e maior produção de lixo. O projeto foi conduzido na Escola Estadual de Ensino Integral Professor Celso Piva e teve como objetivo principal apresentar propostas de intervenção e revitalização do Parque Linear Transguarulhense, localizado em Guarulhos, segundo maior município paulista. Pretende-se que as intervenções, se implementadas, proporcionem melhorias da qualidade ambiental do bairro e maior contato dos moradores e frequentadores com a natureza. Foram participantes do estudo 165 moradores ou frequentadores do Parque. Com a implementação das intervenções propostas pelos participantes, espera-se proporcionar novas experiências em um ambiente saudável e democrático. Além disso, a revitalização do Parque irá possibilitar que o local destinado ao lazer, esportes e a contemplação da natureza tenha novos usos, com melhorias na segurança e mais qualidade de vida dos moradores e frequentadores da região. Seguindo critérios sociais, estéticos, educativos e ecológicos, o projeto também propõe priorizar os pedestres e otimizar o Parque, sendo este de grande importância para a cidade.

***Palavras-chave**: Parques Urbanos. Urbanização. Qualidade de vida. Revitalização.*

SUMMARY

It is known that urban parks are green areas that can bring quality of life to the population. Over the years, technological advances and, mainly, urbanization have brought advantages, such as improved quality of life in more remote locations and more business opportunities, but they have also brought disadvantages, such as environmental and atmospheric pollution and greater production of waste. The project was conducted at Escola Estadual de Ensino Integral Professor Celso Piva and its main objective was to present proposals for intervention and revitalization of the Parque Linear Transguarulhense, located in Guarulhos, the second largest city in São Paulo. It is intended that the interventions, if implemented, provide improvements in the environmental quality of the neighborhood and greater contact of residents and regulars with nature. Study participants were 165 residents or visitors to the Park. With the implementation of the interventions proposed by the participants, it is expected to provide new experiences in a healthy and democratic environment. In addition, the revitalization of the Park will allow the place for leisure, sports and contemplation of nature to have new uses, with improvements in safety and better quality of life for residents and visitors to the region. Following social, aesthetic, educational and ecological criteria, the project also proposes prioritizing pedestrians and optimizing the Park, which is of great importance for the city.

***Keywords**: Urban Parks. Urbanization. Quality of life. Revitalization.*

1 INTRODUÇÃO

Um espaço urbano de qualidade é um fator decisivo para a melhor qualidade de vida e saúde de uma população. Uma série de estudos tem mostrado que a vida em ambientes mais naturais influencia positivamente a autopercepção de saúde das pessoas e leva a um menor risco de mortalidade (MANTOVANI; GLEZER, 2018).

Os parques urbanos, por suas características físicas e sociais, são considerados apropriados para a prática de atividade física ao ar livre e recreação. Segundo Barton e Pretty (2015), apenas cinco minutos de caminhada em áreas verdes, como por exemplo, em um parque público, já são suficientes para melhorar a saúde mental de uma pessoa, com benefícios para o humor e a autoestima.

Parques também são grandes espaços verdes localizados em áreas urbanizadas de uso público, com o intuito de propiciar recreação e lazer aos seus visitantes. Em sua maioria, oferecem também serviços culturais, como museus, casas de espetáculo e centros culturais e educativos. Também estão frequentemente ligados a atividades esportivas, com suas quadras, campos, ciclovias etc. Grande vantagem dos parques urbanos é propor aos moradores de metrópoles a opção de visitar áreas naturais, com paisagens verdes, fauna e flora, sem a necessidade de percorrer grandes distâncias. É neles que grande parte da população urbana desenvolve sua relação com a natureza, o que faz deles uma importante ferramenta para conscientização ambiental (JACOBI, 2013).

Distante a apenas 17 km do centro da cidade de São Paulo, a maior metrópole da América Latina, Guarulhos é o segundo maior município paulista e 13º do Brasil em população, com 1.379.182 habitantes no ano de 2020, segundo estimativa do IBGE. Localizada na Região Metropolitana de São Paulo, a cidade tem uma área de 319,19 km² (IBGE, 2020).

O parque Transguarulhense localiza-se próximo à Escola Estadual de Ensino Integral Professor Celso Piva (doravante PEI Celso Piva), no Jardim Moreira, na cidade de Guarulhos. Inaugurado em 2004, o Parque beneficia os moradores do Jardim Paulista, Jardim Moreira e Continental I e II, na cidade de Guarulhos. Em sua inauguração, houve recuperação da área degradada no bairro, com a implementação de novos jardins, pista para caminhada, iluminação, espaço para exposições, novo paisagismo e um palco com capacidade para receber shows e eventos de médio e grande porte. Teve-se também o cuidado de preservar um antigo campo de futebol no local, que foi aplainado e recebeu telas de proteção e traves novas (GUARULHOS, 2021).

Atualmente, devido à falta de manutenção do espaço, o cenário é diferente. Uma análise preliminar dos dados coletados para este projeto mostrou que 60,7% dos participantes do estudo consideram que a área é malcuidada pela Prefeitura da cidade; essa mesma análise também mostrou que 89,4% desses respondentes consideram o Parque como uma importante área de lazer no bairro, o que justifica a necessidade de intervenções e melhorias no local.

Nas imagens a seguir, podem ser observados alguns locais do Parque que poderiam receber melhorias e manutenção:

Imagem 1. Acesso à quadra do Parque

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Na imagem 1 observa-se que o acesso à quadra é feito de maneira precária e perigosa, por meio de uma ponte de madeira que se encontra em péssimas condições.

Já na imagem 2 a seguir, observa-se a presença de lixo no entorno da quadra:

Imagem 2. Lixo na área da quadra.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Situação semelhante se encontra também em outras áreas do Parque, como pode ser visto na imagem 3:

Imagem 3. Lixo em poça d'água.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Outro ponto também observado na imagem 3 é a possibilidade de disseminação de doenças, como a dengue, já que o mosquito também pode se desenvolver em água suja e parada, como foi encontrado no Parque.

Na imagem 4 a seguir, observa-se uma das lixeiras quebradas no Parque. Essa situação pode desestimular os frequentadores a fazer uso delas:

Imagem 4. Lixeira quebrada no Parque.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Nessa mesma linha de considerações, observa-se também que algumas áreas de lazer do Parque também se encontram degradadas, o que pode desencorajar os frequentadores a usá-lo. Na imagem 5, por exemplo, observa-se uma dessas áreas, com o piso danificado, o que pode causar acidentes aos frequentadores. Outro aspecto também observado nesta e em outras áreas do Parque é a dificuldade de acesso aos cadeirantes, devido à falta de rampas de acesso ao local.

Imagem 5. Área de lazer com o piso danificado.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

A falta de manutenção e acesso aos cadeirantes também pode ser observada na pista de caminhada, que também é utilizada para passeios de bicicleta no entorno do Parque, como pode ser visto na imagem 6:

Imagem 6. Área de lazer com o piso danificado.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Nas imagens 7, 8 e 9, observa-se também que outras áreas de lazer, como por exemplo, os locais de balanço, os aparelhos de ginástica, a quadra poliesportiva e o campo de futebol estão mal conservados e necessitam de manutenção:

Imagem 7. Local de balanço.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Imagem 8. Aparelhos de ginástica.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Imagem 9. Quadra poliesportiva.

Fonte: *acervo dos autores (2022).*

Além das observações apontadas nas imagens anteriores, também pode ser observado no dia da visita que o Parque necessita de policiamento mais intenso a fim de oferecer mais segurança aos frequentadores. Também existe a necessidade de maior arborização do local, para que os frequentadores tenham melhor qualidade do ar, diminuição do calor na área e conforto térmico.

Por fim, mais da metade dos participantes do estudo, ou 50,7%, consideram o Parque mal cuidado pela Prefeitura, o que justifica as propostas de melhorias e intervenções no Parque deste estudo.

2 JUSTIFICATIVA

A questão ambiental tornou-se um dos maiores problemas da população mundial devido ao egoísmo com o qual usamos e abusamos dos recursos naturais do planeta. Por conta desse uso desenfreado, comprometemos a sua sustentabilidade, acarretando uma transformação global com graves consequências. Percebe-se que, no Brasil, existe um impasse no que se refere às relações com o meio ambiente e a gestão pública. É comum observar nas cidades áreas públicas malconservadas e degradadas, por exemplo. Portanto, este trabalho traz à tona a necessidade de melhorias do Parque Linear Transguarulhense, tendo como base um estudo conduzido por estudantes do 2º ano do ensino médio de uma escola próxima ao Parque. A revitalização do Parque proposta nesse projeto traria melhorias ao bairro e daria aos moradores e frequentadores oportunidades de recreação e lazer melhores e mais seguras.

3 OBJETIVO GERAL

Este estudo foi conduzido na PEI Celso Piva e teve como objetivo principal apresentar propostas de intervenção e revitalização do Parque Linear Transguarulhense, localizado em Guarulhos. Pretende-se que as intervenções, se implementadas, proporcionem melhorias da qualidade ambiental do bairro e maior contato dos moradores e frequentadores com a natureza. Além disso, a revitalização do Parque possibilitaria que o local destinado ao lazer, esportes e a contemplação da natureza tivesse novos usos, com melhorias na segurança e mais qualidade de vida dos moradores e frequentadores da região. Seguindo critérios sociais, estéticos, educativos e ecológicos, o projeto também propõe priorizar os pedestres e otimizar o Parque, sendo este de grande importância para a cidade.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propor melhorias na manutenção dos equipamentos destinados ao lazer, esportes e recreação existentes no Parque Transguarulhense;
- Sugerir a criação de novos espaços destinados a esses fins;
- Sugerir propostas destinadas à segurança dos frequentadores do Parque.

4 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS MATERIAIS E MÉTODOS (PROCEDIMENTOS) UTILIZADOS

A motivação para o desenvolvimento deste projeto foi gerada por atividades propostas no caderno de inglês do Ensino Médio do Currículo Oficial do Estado de São Paulo[1], que tem como tema o trabalho com consumismo, poluição e meio ambiente.

Tendo com base Bonona (2005, p. 47) esta pesquisa se classifica quanto à abordagem em pesquisa qualitativa-quantitativa, visto que busca tanto conhecer conceitos e fenômenos e descrevê-los quanto demonstrar dados objetivos acerca das técnicas apresentadas. Quanto à natureza, este estudo é baseado em Creswell (2015, p. 78) e se enquadra na pesquisa de natureza aplicada, dado que se propõe um estudo de caso sobre o Parque Linear Transguarulhense.

A respeito dos objetivos, a pesquisa é de tipo exploratória, já que este tipo visa uma aproximação com o tema por meio de levantamento bibliográfico, e também de tipo descritiva, pois, conforme Gil (2002, p. 42), ela "tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Além disso, quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma vez que esta é feita a partir de material teórico revisado na literatura e em trabalhos científicos já publicados, como salienta Gil (2002, p. 44).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Dessa maneira, para uma maior compreensão do assunto, foi empregada a pesquisa bibliográfica, a qual foi respaldada em buscas no Scientific Electronic Library Online

[1] São Paulo Faz Escola: 2ª série do Ensino Médio – volume 2.

(Scielo), e estudo de caso, acerca das principais técnicas utilizadas em revitalização de parques urbanos, proposta pelos autores.

Parte dos dados para a condução deste projeto foi coletada por meio de um questionário[2] elaborado no Google Forms[3]. O link de acesso ao questionário (vide anexo) foi enviado pelos seis alunos focais das turmas de 2ª série e professores orientadores por meio de mensagens de WhatsApp[4] aos participantes do estudo e respondido no período de 22 de junho a 30 de julho de 2021. Outra parte dos dados foi coletada no dia 8 de julho de 2021, ocasião em que os alunos focais foram ao Parque acompanhados pelos professores orientadores a fim de tirar fotos e observar as instalações na região. Nessa visita, os alunos e os professores observaram pontos relacionados aos seguintes aspectos no Parque:

- Instalações esportivas, como por exemplo, quadra esportiva e banheiros disponíveis para os frequentadores da quadra;
- Áreas destinadas a cultura e lazer, como arborização, brinquedos, aparelhos de ginástica e pista de caminhada;
- Manutenção dos equipamentos e serviços ofertados no Parque;
- Ofertas de segurança para os frequentadores do local.

A imagem a seguir mostra a vista aérea do Parque Transguarulhense, no Jardim Moreira, em Guarulhos. A área destacada corresponde ao Parque.

Figura 1.
Vista aérea do Parque Transguarulhense

Fonte: Google Maps (2022) - adaptado

Partindo da análise dos dados coletados e do referencial teórico que sustenta esse estudo, os alunos, orientados pelos professores, apresentaram as propostas de intervenção do Parque Transguarulhense.

Com a implementação das intervenções propostas pelos participantes, espera-se proporcionar aos moradores da redondeza e frequentadores do Parque novas experiências em um ambiente saudável e democrático. Além disso, a revitalização do Parque possibilitaria que o local destinado ao lazer, esportes e a contemplação da natureza tivesse novos usos, com melhorias na segurança e mais qualidade de vida dos moradores e frequentadores da região. Seguindo critérios sociais, estéticos, educativos e ecológicos, o projeto também propõe priorizar os pedestres e otimizar o Parque, sendo este de grande importância para a cidade.

Partindo da análise dos dados coletados e do referencial teórico que sustenta esse estudo, os alunos, orientados pelos professores, apresentaram as propostas de intervenção do Parque Transguarulhense.

Com a implementação das intervenções propostas pelos participantes, espera-se proporcionar aos moradores da redondeza e frequentadores do Parque novas experiências

[2] Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdMfUAn9iUcWxjX94FyrikazhpEpEJV4_lUF8Yykzb_lJ4hxQ/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0

[3] Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

[4] O WhatsApp é um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet.

em um ambiente saudável e democrático. Além disso, a revitalização do Parque possibilitaria que o local destinado ao lazer, esportes e a contemplação da natureza tivesse novos usos, com melhorias na segurança e mais qualidade de vida dos moradores e frequentadores da região. Seguindo critérios sociais, estéticos, educativos e ecológicos, o projeto também propõe priorizar os pedestres e otimizar o Parque, sendo este de grande importância para a cidade.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Em sua grande maioria, as cidades brasileiras estão passando por um período de acentuada urbanização, fato este que pode refletir negativamente na qualidade de vida de seus moradores. A falta de um planejamento que considere os elementos naturais é um agravante para esta situação. Além do empobrecimento da paisagem urbana, são inúmeros e de diferentes amplitudes os problemas que podem ocorrer em decorrência da interdependência dos múltiplos subsistemas que coexistem numa cidade (LOBODA, 2015).

Macedo e Sakata (2012, p. 18), definem parque como um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana. É um elemento característico da cidade moderna, que sempre está em processo de reconfiguração.

Assim, o parque público, como o conhecemos hoje, é um elemento típico da grande cidade moderna; no entanto, está sempre em processo de recodificação. Macedo e Sakata (2012, p. 25) apontam que novas funções dos parques foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novos adjetivos e denominações são atribuídos a eles, como por exemplo, parque ecológico e parque temático.

A manutenção de espaços públicos, como por exemplo, parques, playground, bancos, banheiros, pistas de caminhada, bike e skate e oferta de Wi-fi gratuito é necessária para os frequentadores de uma cidade. Como exemplo de manutenção nesses espaços, podem ser citados oferta de mobiliários urbanos especialmente desenhados, como bancos de descanso, telefones públicos, floreiras, lixeiras, coletores de cartas, postes de iluminação, praças e edifícios simbólicos restaurados, além de implantação de recantos infantis nas áreas mais adensadas e com maior escassez de locais públicos. Os recantos infantis são concebidos como um misto de praça pública e parque infantil, em uma concepção espacial que reforça o caráter de espaço aberto com áreas de estar e de brinquedos para atender a população do entorno (ABRAHÃO, 2008).

A questão da arborização é outro aspecto relevante quando se pensa na manutenção de um espaço público, já que locais arborizados são espaços de recreação e lazer dos frequentadores. Entende-se por arborização urbana o conjunto de terras públicas e privadas, com vegetação predominantemente arbórea que uma cidade apresenta, ou ainda, um conjunto de vegetação arbórea natural ou cultivada que uma cidade apresenta em áreas particulares, praças, parques e vias públicas (SANCHOTENE, 2009).

Outro ponto importante em espaços públicos diz respeito à locomoção, já que a circulação de todas as pessoas, incluindo aquelas que possuem algum tipo de restrição de locomoção pela cidade, é um direito fundamental. Ofertar equipamentos para o acesso à educação, ao trabalho, lazer ou qualquer outra atividade, portanto, é condição para que todas as pessoas sejam reconhecidas como cidadãos (SZEREMETA; TROMBETA, 2013).

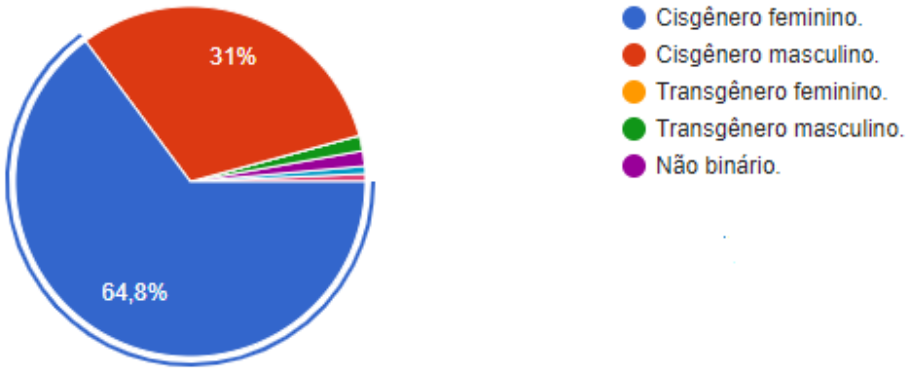
Por fim, conforme já apresentado previamente, um espaço urbano de qualidade é um fator decisivo para a melhor qualidade de vida e saúde de uma população. Uma série de estudos tem mostrado que a vida em ambientes mais naturais influencia positivamente a autopercepção de saúde das pessoas e leva a um menor risco de mortalidade (MANTOVANI; GLEZER, 2018).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já descrito anteriormente, a coleta de dados para esta pesquisa foi dividida em duas partes, sendo a primeira por meio de um questionário e a segunda, uma visita ao Parque Transguarulhense. Os dados foram coletados por seis alunos focais da PEI Celso Piva, sob supervisão dos professores Alex Tomazini e Andrea Nogueira. Foram participantes do estudo 165 moradores ou frequentadores do Parque.

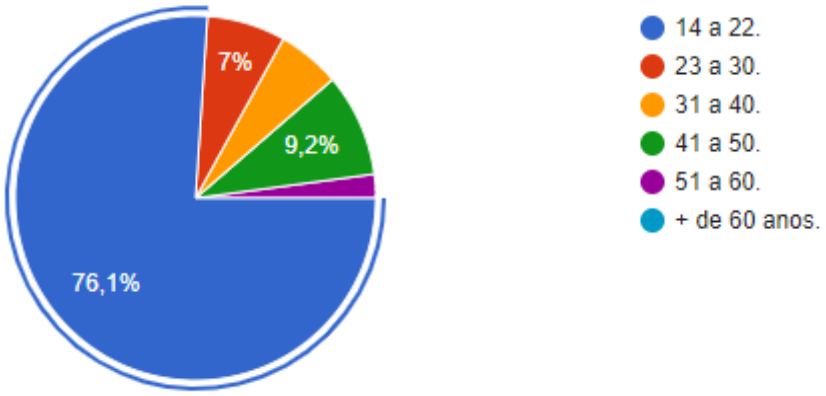
Verifica-se nos gráficos 1 e 2 que o Parque Linear Transguarulhense aparentemente é mais frequentado por pessoas do sexo feminino. Também se observa que a maioria dos frequentadores tem entre 14 e 22 anos:

Gráfico 1. Gêneros dos participantes do estudo.



Fonte: Formulário Google Docs, elaborado pelos autores.

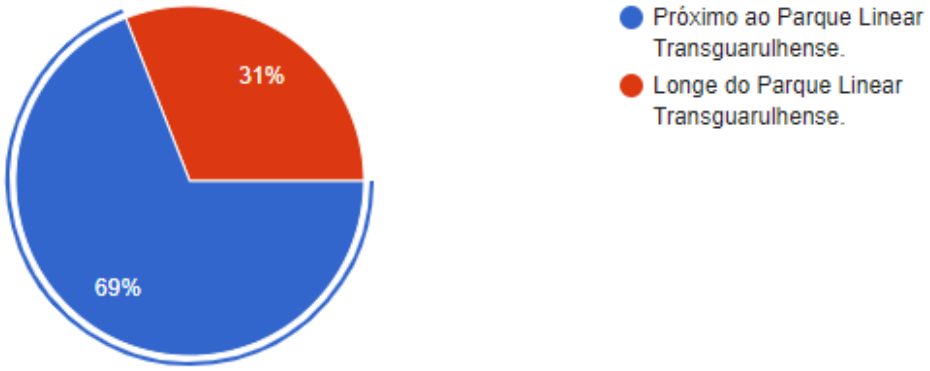
Gráfico 2. Faixa etária dos frequentadores do Parque.



Fonte: Formulário Google Docs, elaborado pelos autores.

Nota-se também no gráfico 3 que 69% dos frequentadores moram próximos ao Parque:

Gráfico 3. Proximidade das habitações dos frequentadores.



Fonte: Formulário Google Docs, elaborado pelos autores.

Como pode ser observado na tabela 1, o Parque é considerado uma importante área verde e local de preservação para a maioria dos frequentadores. Embora em menor porcentagem, observa-se também que o Parque é avaliado como um importante local de socialização, lazer e prática de atividades físicas.

Tabela1. Importância de um Parque na cidade para os frequentadores

Importância de um Parque na cidade para os frequentadores	**% do total**
Área verde	91,5%
Local de preservação	68,3%
Socialização	1,4%
Espaço para atividade física	1,4%
Área de lazer	1,4%
Distração e tempo com a família	0,7%
Produção de ar puro em áreas urbanas	0,7%
Arborização da cidade	0,7%
Meio de diversão para crianças do bairro	0,7%
Interação com as pessoas	0,7%
Não sabe responder	5,6%
Total de respondentes: 165 moradores do bairro ou frequentadores do Parque	

Fonte: Formulário Google Docs, elaborado pelos autores.

Conforme pode ser visto na tabela 2, a análise dos dados coletados por meio do questionário mostrou também que quase todos os participantes consideram o Parque como uma importante área de lazer:

Tabela 2. Importância do Parque Linear Transguarulhense para moradores e frequentadores da área.

Importância do Parque Linear Transguarulhense para moradores e frequentadores da área	% do total
O Parque é uma importante área de lazer no bairro	89,4%
O Parque é uma importante área para shows e eventos	48,6%
O Parque é uma importante área para feiras de alimentação	34,5%
Não sabem opinar	6,3%
Total de respondentes: 165 moradores do bairro ou frequentadores do Parque	

Fonte: Formulário Google Docs, elaborado pelos autores.

Como pode ser observado na tabela anterior, o Parque Linear Transguarulhense é uma importante área de lazer para a maioria dos moradores do bairro ou frequentadores do Parque, ou 89,4% dos respondentes. Embora em menor número, também é importante observar que 48,6% e 34,5% dos participantes consideram o Parque, respectivamente, como uma área importante para shows e eventos e feiras de alimentação. Conforme já apresentado anteriormente, entretanto, 60,7% dos participantes consideram que o Parque é malcuidado pela Prefeitura de Guarulhos, o que justifica a necessidade de se propor intervenções na área.

A tabela 3 mostra que o Parque Transguarulhense é muito frequentado por mais da metade dos participantes desse estudo, ou 64,1% do total de respondentes:

Tabela 3. Uso do Parque pelos freqüentadores

Uso do Parque pelos frequentadores	% do total
Muito freqüentado	64,1%
Pouco freqüentado	28,2%
A área não é considerada como um Parque	15,5%
Total de respondentes: 165 moradores do bairro ou frequentadores do Parque	

Fonte: Formulário Google Docs, elaborado pelos autores.

Sendo o objetivo deste estudo apresentar propostas de intervenção e revitalização do Parque Linear Transguarulhense, os alunos focais deram sugestões para a melhoria do local, apresentadas a seguir. Uma delas é a arborização urbana e ambiental do Parque, que necessita de mais vegetação; no entanto, alguns aspectos são importantes no plano de plantio de mudas, entre eles a adaptação à área, o porte a arquitetura local e tempo de crescimento, entre outros. Algumas das espécies comumente utilizadas na urbanização urbana de parques são: Pau Ferro *(Caesalpinialeiostachya)*, Sibipiruna

(Caesalpiniapeltophoroides), Cambuci *(Campomanesiaphaea)*, Guanhuma *(Cordiasuperba)*, Mulungu *(Erythrinaspeciosa)*, Cereja do mato *(Eugenia involucrata)*, Pitangueira *(Eugenia uniflora)*, Jacarandá *(Jacarandamimosaefolia)*, Oiti *(Licania tomentosa)*, Araça *(Psidiumcatleianum)*, Aroeira salsa *(Schinusmolle)*, Aroeira *(Schinusterebinthifolius)*, Canafistula *(Senna spectabilis)*, Ipê *(Tabebuia spp)* Quaresmeira *(Tibouchina granulosa),* Tipuana *(Tipuana tipu)* e Marinheiro *(Trichilia catártica).*

Além da necessidade de mais arborização, outro importante aspecto observado na visita ao Parque é a falta de acessibilidade das pessoas com dificuldades de locomoção às instalações do local. Diante disso, outra proposta dos alunos é a construção de rampas de acesso para cadeirantes, sinalização, instalação de pisos antiderrapantes, iluminação e bebedouros adaptáveis.

Notou-se também que a área possui necessidade de instalação de novas lixeiras e manutenção daquelas já existentes. Isso poderia estimular os frequentadores a não jogar lixo no Parque e diminuiria a probabilidade de contaminação de doenças como a dengue.

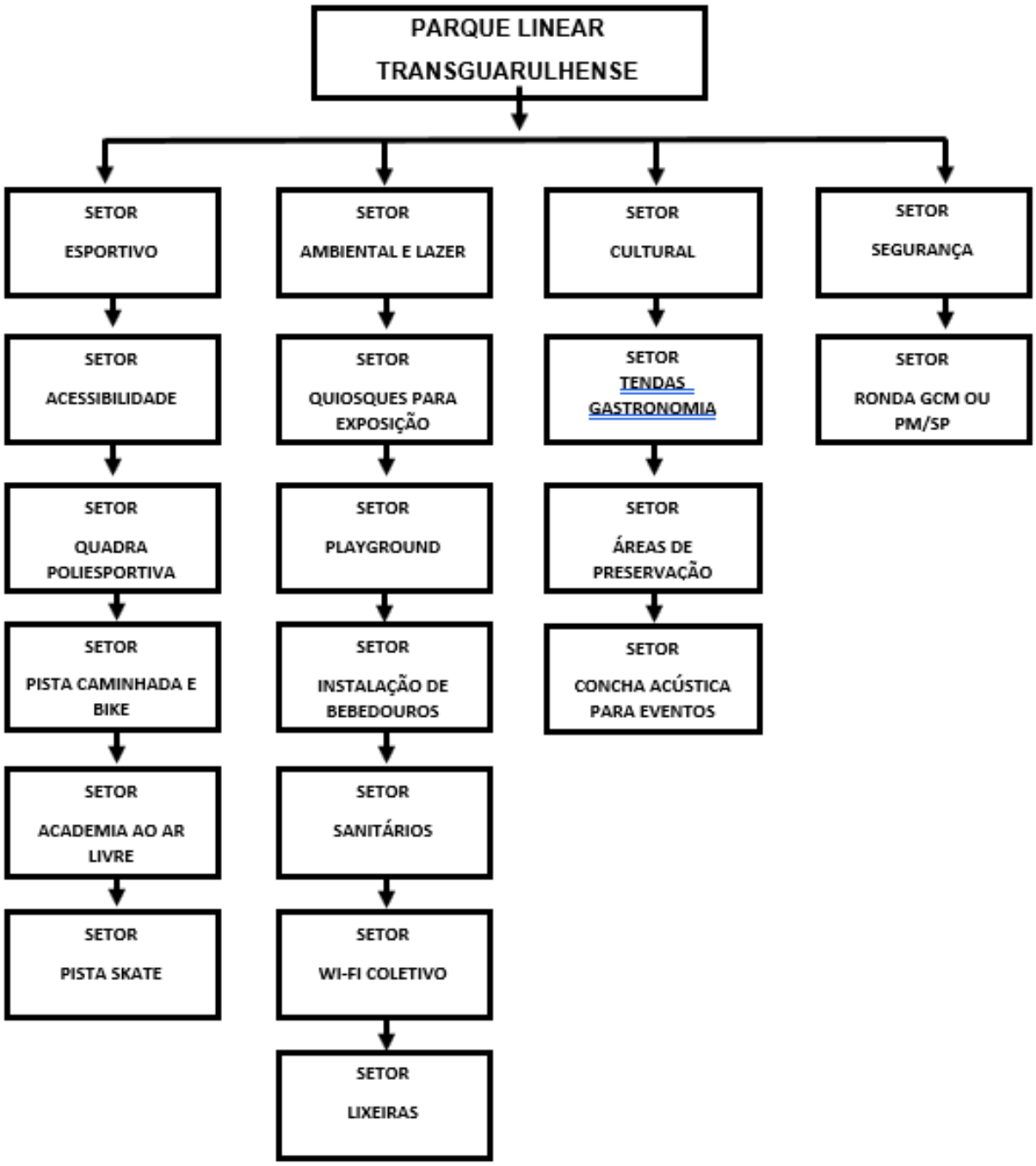
Entende-se também que a área de academia ao ar livre precisa de instalação de mais equipamentos para práticas de atividades físicas e manutenção dos aparelhos já existentes, pois muitos estão enferrujados, incompletos e quebrados.

Consideração semelhante pode ser feita também às áreas de lazer do Parque, que necessitam de novos brinquedos e manutenção. A quadra poliesportiva e o campo de futebol, por exemplo, poderiam ser gramados, receber arquibancadas e ter instalações sanitárias reformadas para melhor o uso dos frequentadores. A pista de caminhada, que também é utilizada para passeios de bicicleta, necessita de manutenção, a fim de evitar acidentes graves, como por exemplo, quedas e eventuais fraturas. Outra sugestão é a criação de uma pista de skate, pois isso estimularia a prática de esportes por parte dos frequentadores.

Ainda em relação à oferta de lazer, poderiam ser instalados um ponto central de wi-fi e dois repetidores de sinais nas extremidades do Parque. Devido ao fato de que o local recebe muitos eventos culturais, sugere-se também a necessidade da construção de uma concha acústica, que permitiria maior conforto acústico para os moradores do bairro e a melhoria do som durante as apresentações. Outra sugestão é a implementação de quiosques fixos e tendas de gastronomia e artesanato, o que estimularia o comércio local e a economia criativa.

Por fim, devido ao alto índice do número de frequentadores do Parque, uma excelente alternativa seria o aumento do policiamento na região, bem como a instalação de uma base comunitária da Guarda Civil Municipal de Guarulhos (GCM) ou Polícia Militar do Estado de São Paulo. Isso diminuiria eventuais atos infracionais e aumentaria a segurança dos moradores e frequentadores do Parque e dos bairros adjacentes.

Figura 2. Proposta de intervenções e melhorias.



**Elaborada pelos autores (2022).*

Já a figura 3 ilustra, na planta baixa do Parque, as intervenções sugeridas e suas possíveis localizações.

Figura 3. Planta Baixa Parque Linear Transguarulhense

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Com todas as mudanças e intervenções propostas para o Parque Linear Transguarulhense, esperamos proporcionar novas experiências em um ambiente saudável e democrático não só para os moradores do Jardim Moreira e frequentadores do Parque, mas também para os moradores de Guarulhos.

A revitalização também possibilitaria que o local destinado ao lazer, esportes e a contemplação da natureza tenha novos usos, com melhoria da segurança e mais qualidade de vida. Seguindo critérios sociais, estéticos, educativos e ecológicos, o projeto propõe

priorizar os pedestres e otimizar o Parque, sendo este de grande importância para a cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Linear Transguarulhense não se caracteriza somente como uma área verde no Jardim Moreira, já que parques podem trazer diversos benefícios para a população local, como diminuição da poluição e oferta de mais espaços de lazer e práticas esportivas, o que pode melhorar a qualidade de vida dos moradores em espaços mais naturais que contribuem para o meio ambiente.

Por meio da coleta de dados com os moradores e frequentadores do Parque e observações na visita ao local, este projeto propôs intervenções e melhorias a serem realizadas pelos moradores e pela prefeitura de Guarulhos, na área ambiental e social.

Com a iniciativa de todos será possível contribuir para um espaço público de qualidade para toda a população da cidade de Guarulhos.

A revitalização do Parque possibilitaria que o espaço fosse reconhecido como um local relevante para o bairro, com infraestrutura mais adequada para abrigar eventos e atividades sociais e físicas, garantindo assim a vitalidade de um espaço receptivo e interativo durante todo o ano, já que o Parque é um importante lugar de socialização no bairro. Por fim, espera-se que as mudanças proporcionem novas experiências em um ambiente saudável e democrático e possibilite que o local destinado ao lazer, esportes e a contemplação da natureza tenha novos usos, com melhoria da segurança e mais qualidade de vida dos frequentadores do Parque Linear Transguarulhense e dos moradores de Guarulhos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, S. L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARTON, J. PRETTY, J. What is the Best Dose ofNatureand Green Exercise for Improving Mental Health? A Multi-StudyAnalysis**. Environ. Sci. Technol**, 44, 3947–3955, 2015.

BONOMA, T. **Caso pesquisa**: oportunidades, problemas e processo. São Paulo: Nacional, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, editora Atlas, 2002.

GUARULHOS. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/parques. Acesso em: 07/07/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/panorama. Acesso em: 08/07/2021.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 5, n. 118, p.189-205, 2013. Mensal.

LOBODA, C. R**. Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava**.PR. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 2015.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: editora Universidade de São Paulo, 2012.

MANTOVANI, M. S.; GLEZER, R. **Parques Urbanos**: Preservação nas áreas públicas. São Paulo: editora Universidade de São Paulo, 2018.

QUINTAS, J. S. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Brasília: IBAMA, 2010.

SANCHOTENE, M .C. **Desenvolvimento e perspectivas da arborização urbana no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2, 2009. São Luís-MA. (Anais) São Luís, Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 2009.

SECRETARIA MEIO AMBIENTE. **Parque Urbano**. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/parque-urbano/. Acesso em: 02/07/2022.

SZEREMETA, P. H. B.; TROMBETA, Z. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Revista Raega**. UFPR. Curitiba, ano 5, número 47, 2013. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/21483. Acesso em: 15/06/2022.

A AVALIAÇÃO COMO AÇÃO PEDAGÓGICA

Paulo de Tarso Santini Tonon

Graduado em Psicologia e Pedagogia, Mestre em Arte e Saúde pela Universidade de São Paulo, Especialista em Psicoterapia de Abordagem Corporal pelo Sedes Sapientiae, Analista Bioenergético pelo IABSP, Terapeuta Somático pelo IBB. Especialista em Tanatologia pela RNT e especializando em Neuropsicologia pela FAVENI. Docente do Curso de Psicologia da UNISAN.

pttonon@gmail.com

RESUMO

Este trabalho se propõe a abordar o processo de avaliação da aprendizagem a partir da premissa de que a avaliação é parte integrante da aquisição de conhecimento e do desenvolvimento do saber. Busca esclarecer, por meio de breve resgate da história da Educação e da construção da civilização, as raízes que fundamentam os sentimentos aversivos e as atitudes negativas frente à avaliação da aprendizagem. Explana resumidamente as propostas de avaliação estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todos os níveis de ensino e se concentra nos aspectos que cercam a avaliação no Ensino Superior. Explora outras modalidades avaliativas além da tradicional avaliação somativa, apontando suas funcionalidades e insere a avaliação como fator importante e inseparável da aprendizagem. Resgata a importância de se compreender o erro como parte do aprendizado e se propõe a esclarecer as bases mínimas para que o processo avaliativo efetivamente se estabeleça como ato pedagógico e componente indissociável da metodologia educacional. Conclui que o pilar fundamental para o sucesso do aprender e desenvolver o saber se encontra na qualidade das relações entre professores e alunos, pois, sem o estabelecimento de relações de confiança e parceria entre esses agentes, dificilmente a Educação alcançará seus objetivos em amplitude satisfatória.

Palavras-chave: *Avaliação. Aprendizagem. Desenvolvimento. Relação professor-aluno.*

ABSTRACT

This work proposes to approach the learning assessment process from the premise that assessment is an integral part of the acquisition of knowledge and the development of knowledge. It seeks to clarify, through a brief review of the history of Education and the construction of civilization, the roots that underlie aversive feelings and negative attitudes towards the assessment of learning. It briefly explains the assessment proposals established by the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) at all levels of education and focuses on aspects surrounding assessment in Higher Education. It explores other evaluative modalities in addition to the traditional summative evaluation, pointing out its functionalities and inserts evaluation as an important and inseparable factor of learning. It rescues the importance of understanding the error as part of learning and proposes to clarify the minimum bases for the evaluation process to effectively establish itself as a pedagogical act and an inseparable component of the educational methodology. It concludes that the fundamental pillar for the success of learning and developing knowledge is found in the quality of the relationships between teachers and students, because without the establishment of relationships of trust and partnership between these agents, Education will hardly reach its objectives in a satisfactory extent.

Keywords*: Evaluation. Learning. Development. Teacher and students relationship.*

1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar tem sido motivo de ansiedade e apreensão entre os alunos de todos os cursos, em qualquer nível de formação. Tal temor é completamente compreensível, na medida em que as notas obtidas por eles são usadas como base para sua aprovação ou reprovação.

Apesar de, comumente a avaliação escolar vir servindo ao propósito de examinar e classificar, esse instrumento tem grande valor pedagógico, desde que usado com os propósitos de incluir, conhecer os alunos e aprimorar as atitudes voltadas ao ensino. Para tanto, a avaliação deve ser realizada com atitude adequada por parte do professor, que deve estabelecer propósitos e objetivos claros, desde a concepção do instrumento de avaliação, até a consideração acerca das notas obtidas, passando pela correção reflexiva realizada com os alunos.

A avaliação deve estar afinada e ser condizente com o Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino, além de servir mais à apuração dos resultados do processo de ensino e aprendizagem do que à mera classificação dos discentes.

Este trabalho tem como propósito percorrer, com olhar reflexivo e crítico, a história da avaliação escolar até os nossos dias e buscar compreender de que forma e a partir de que posturas e atitudes, a avaliação pode servir como incremento ao processo de aprendizagem, além de funcionar como bússola eficiente para a avaliação e reconfiguração das práticas e recursos pedagógicos adotados pelo professor, em sua tarefa de operar como facilitador adequado ao processo de aprendizagem de seus alunos.

Para tanto, lançamos mão do pensamento de Cipriano Carlos Luckesi, Jussara Hoffmann e de outros autores e pesquisadores que, como eles, veem o processo de avaliação como promotor de ensino, propiciador de aprendizado e capaz de incluir o discente em seu grupo e aprofundar seu autoconhecimento, ao invés de promover sua rotulação e exclusão.

A Educação, como processo de adequação e ajustamento do indivíduo à sociedade e à cultura de que participa, corre o risco – líquido e certo – de reproduzir as ações de exclusão e de classificação, como expressão da ideologia e dos propósitos – deliberados, mas também inconscientes – da classe dominante. Tais ações encontram na avaliação sua ferramenta de concretização, se esta não for usada com bases nos propósitos mais nobres e humanos que compõem os objetivos da prática educativa, quais sejam, o de promover visão crítica, autonomia de pensamento, coragem para testar hipóteses e boa atitude para com os erros, não somente inevitáveis para quem está aprendendo, mas sempre úteis ao processo de construção de qualquer conhecimento.

2. BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR

Ainda paira sobre todos nós o fantasma da punição praticada contra aqueles que, há alguns séculos, não gravavam na mente os princípios ensinados – princípios estes em grande parte ligados à religião e que, por isso, eram tidos como verdades irrefutáveis.

Há muitos exemplos de momentos semelhantes aos exames ao longo da história. As primeiras reminiscências podem ser relacionadas aos ritos de iniciação, normalmente baseados em resistência física e no suportar a dor e outras condições adversas. Na China, há mais de três mil anos, já se realizavam provas de seleção para o ingresso de soldados em seus exércitos. Naquele país já se verificava uma subdivisão entre ensino básico e avançado. O primeiro patamar tinha por base o conhecimento e memorização dos saberes relativos à cultura e aos costumes. Já o ensino "superior" visava à pesquisa da história e da literatura chinesas, além dos princípios do confucionismo. Eram os exames que determinavam o que os jovens daquele tempo poderiam almejar quanto à sua qualidade de vida e o prestígio social que poderiam vir a atingir.

Em contraste com outras civilizações da antiguidade, nas quais o saber tinha cunho predominantemente sacerdotal, na China o conhecimento e sua aferição se destinavam a selecionar os funcionários do Estado. Datam do Império Romano os registros dos primeiros processos de seleção para aqueles que pretendiam ensinar.

Na última fase da Idade Média, em que já se verificava a migração dos feudos para as vilas, realizavam-se exames que buscavam aferir a capacidade dos indivíduos em ofícios que, mediante aprovação, obtinham reconhecimento oficial de sua habilidade e autorização para trabalharem e ensinarem aprendizes, que não percebiam qualquer remuneração – apenas alimento e abrigo.

Somente com o Renascimento e as ideias iluministas é que o saber intelectual passa a ser cultivado e o conhecimento da leitura e da escrita, valorizado. Foi nesse interstício da passagem do medievalismo ao Renascimento que os exames escolares, tais como hoje os conhecemos, foram sendo definidos. Dessa forma, podemos pensar que a formação das pessoas tinha por fim o provimento das necessidades demandadas pela classe social nascente – a burguesia.

Naquele período, preponderou o papel dos jesuítas na construção de um modelo de instrução baseado em exames e provas de conhecimento. Esses eventos se davam por bancas, com a divulgação pública de seus resultados e assim, exaltavam os que nele se saíam bem, execrando os que neles fracassavam.

Os exames daquele tempo, fundamentados na memorização dos conteúdos, se constituíam numa forma de controle e vigilância que estimulava a competição e promovia a seleção discriminatória dos indivíduos.

A relação intrínseca entre as práticas educacionais jesuíticas e a sociedade burguesa funda e difunde os princípios do ideário capitalista. A escola que nasce desse encontro, com todas as influências históricas e sociais que desde lá se verificavam, é a escola que chega aos nossos dias, com toda a carga de diferenciação e classificação fundamentada na memorização e na reprodução daquilo que foi transmitido pelos professores.

Sem desprezar as ideias que foram surgindo desde a segunda metade do Século XX, como o olhar sobre as mudanças que ocorrem no aluno por meio do processo educativo, a clara distinção entre os paradigmas quantitativo e qualitativo da década de 1980 e as propostas de avaliação formativa e integradora dos anos 1990, não podemos nos furtar a observar que, por mais que a Escola se proponha cada vez mais a educar, continua ainda a meramente instruir, na quase totalidade dos casos. Isso se reflete na forma como os alunos são avaliados e espelha de forma inequívoca, os princípios de controle, discriminação, competição e classificação, típicos do pensamento da sociedade capitalista, imediatista e predatória.

3. O ENSINO E AS FORMAS DE AVALIAÇÃO NO PANORAMA ATUAL

3.1 – A Educação Infantil

A partir do que dispõe a BNCC, a Educação Infantil atualmente se propõem a facilitar o desenvolvimento neuromotor e cognitivo. A avaliação desse processo deve ter como parâmetros, as características próprias de cada criança.

> "(...) é papel do professor observar, acompanhar e documentar o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Não para saber se elas alcançaram ou não um objetivo, mas para indicar como cada uma (e o grupo) evoluiu em relação ao que foi proposto."[1]

Dessa forma, na medida em que as propostas da BNCC forem se tornando realidade, saindo do papel e se transformando em prática pedagógica, talvez possamos esperar um melhor futuro para a educação brasileira, pelo menos no que se refere à base de desenvolvimento cognitivo e motor, necessários à prontidão para a implementação do que conhecemos como ensino formal, que se baseia na aquisição de conhecimentos através de abordagens pedagógicas apropriadas.

[1] **BNCC na Educação Infantil**, p. 54. (Documento on-line disponível para download em *https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/bncc-educacao-infantil/?gclid=CjwKCAjw3cSSBhBGEiwAVII0Zx_5Tss0J45HHLBb7Cu3XUfA9vxCQMwVpyr8FHokN5lMFEBSHRaaVBoCt6YQAvD_BwE*).

3.2 – O Ensino Formal

3.2.1- *O Ensino Fundamental*

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa do processo educacional, com nove anos de duração, dividido em duas etapas: a primeira com cinco e a segunda com quatro anos.

Segundo a BNCC, a avaliação no Ensino Fundamental deveria, além de verificar o conhecimento dos alunos acerca dos conteúdos lecionados, promover uma análise integral dos alunos, posto que as novas propostas de ensino preconizam a promoção do desenvolvimento global do estudante. Além dos conhecimentos de base cognitiva adquiridos pelo discente, a avaliação deveria apurar as competências desenvolvidas ao longo do período até então percorrido.

Claro está que as competências estabelecidas pela BNCC não são componentes curriculares, mas elementos que devem ser abordados com olhar transdisciplinar. São estas as dez competências que se almeja que os alunos desenvolvam a partir da BNCC (BRASIL, 2018, pp. 9–10):

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
>
> 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
>
> 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
>
> 4. Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
>
> 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
>
> 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
>
> 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
>
> 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
>
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
>
> 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

3.2.2- O Ensino Médio

Com relação ao ensino médio, parece ser evidente intento da BNCC, a promoção de equilíbrio no ensino das escolas brasileiras, uma vez que, no futuro, se espera que haja uma matriz comum para todos os estudantes. Na medida em que se preconiza o desenvolvimento dos estudantes nas dimensões intelectual, cultural, física e emocional, certamente as formas de avaliação dos resultados promovidos pela Educação, serão merecedoras de profunda reformulação.

Essa reformulação, com base na BNCC, deve proporcionar incremento quanto ao protagonismo do discente, em detrimento da crença ainda corrente, na qual o professor seria o único detentor do conhecimento. Isso implica numa maior participação dos alunos na formulação e nas revisões contínuas do Projeto Político Pedagógico (PPP) e no uso mais intenso de avaliações formativas e da avaliação continuada da prática docente por parte do corpo discente. Momentos e espaços reservados à convivência e ao debate de ideias têm grande relevância na realização desse propósito.

3.2.3 – O Ensino Superior

Quando pensamos no processo de avaliação que deve – ou deveria - contemplar a aferição do aprendizado no ensino superior, devemos levar em conta que, nesse nível de formação, o educando está se desenvolvendo no aprendizado de uma ou de várias áreas da ciência. A partir disso, fica evidente que a memorização e o reconhecimento de conteúdos - que há algum tempo e ainda em nossos dias têm sido indevidamente valorizados - têm seu papel consideravelmente minimizado. O que idealmente se espera de um discente do Ensino Superior é a abstração dos conceitos e, a partir disso, a construção de novos saberes, baseados em sua crítica e autonomia intelectual, competências que sua formação deveria proporcionar.

Ao nos propormos a efetivar a avaliação do ensino superior a partir desse ponto de vista, faz-se necessário realmente avaliar, em oposição à simples verificação da aprendizagem. A esse respeito, Cipriano Luckesi nos esclarece:

> A dinâmica do ato de verificar encerra-se com a obtenção do dado ou informação que se busca, isto é, "vê-se" ou "não se vê" alguma coisa. E... pronto! Por si, a verificação não implica que o sujeito retire dela consequências novas e significativas.[1]

A avaliação, pelo contrário, se propõe a aferir o desenvolvimento do discente quanto ao processo de aprendizagem. Nas palavras de Luckesi:

> O ato de avaliar importa coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuído ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. E o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso de ação, a partir do valor ou qualidade atribuída, conduz a uma decisão nova, a uma ação nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele. A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção de configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que "congela" o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação.[2]

Partindo de tal premissa, podemos claramente perceber que a avaliação – não apenas no ensino superior, mas em todo o processo educativo, é um poderoso instrumento através do qual o docente poderá aferir o desenvolvimento do discente, além de refletir sobre o resultado de suas próprias estratégias pedagógicas, reformulando suas ações dinamicamente, em favor da formação de seus alunos. Nesse sentido, Jussara Hoffmann nos enriquece com seu olhar, quando afirma:

> Essa é a intenção do avaliador: conhecer, compreender, acolher os alunos em suas diferenças e estratégias próprias de aprendizagem para planejar e ajustar ações pedagógicas favorecedoras a cada um e ao grupo como um todo. O objetivo de "promover melhores condições de aprendizagem" resulta em mudanças essenciais das práticas avaliativas e das relações com os educandos, uma vez que toda observação ou "exigência" do professor passa a vir acompanhada de apoios, tanto intelectuais quanto afetivos, que possibilitam aos alunos superar quaisquer desafios. Nesse caso, nenhuma atenção aos alunos é considerada em demasia (...), seja em termos de estratégias de sala de aula (...) ou de apoio pedagógico de qualquer natureza. [3]

A avaliação escolar deveria idealmente se prestar não só a aferir quanto e como o conteúdo ministrado foi devidamente assimilado pelo discente, mas, principalmente, servir como apoio ao planejamento das ações docentes, além de funcionar como instrumento fortalecedor da aprendizagem dos educandos.

No caso particular do Ensino Superior, devemos nos recordar que o discente desse nível de formação está sendo preparado para se

[1] LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?** Série Idéias n. 8. São Paulo: FDE, 1998, p. 75 (Documento on-line disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf.

[2] LUCKESI, Cipriano Carlos. *Op.cit*., p. 76.

[3] HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Formativa ou Avaliação Mediadora?**, p.1. **(**Documento on-line disponível em: *https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/08/avaliao-formativa-ou-avaliao-mediadora-1.pdf*).

aprofundar no conhecimento científico, voltado à atuação com excelência em sua área de graduação. A avaliação de seu rendimento não pode se voltar meramente à metabolização de conteúdos teóricos, mas ao desenvolvimento das competências essenciais ao futuro exercício de seus misteres profissionais.

Infelizmente, o que entre nós predomina ainda é o sistema de atribuição de notas por rendimento; nas palavras de Maria Auxiliadora Bezerra, pesquisadora da Universidade Federal de Campina Grande/PB:

> Sabemos que os conceitos de avaliação têm relação direta com a concepção de ensino e de aprendizagem. Assim, se o conceito que está prevalecendo é o de mensuração, levantamos a hipótese de que a concepção de ensino que subjaz ao trabalho desses profissionais é a de transmissão dos conhecimentos produzidos e a concepção de aprendizagem como repetição desses conhecimentos, após um processo de memorização. Ou seja, o professor está no centro do processo de ensino-aprendizagem, tendo o aluno apenas uma participação passiva.[1]

Se a forma como avaliamos o aprendizado reflete nossa concepção de ensino e de Educação, talvez sejamos compelidos a concluir que o Ensino Superior, cujo acesso foi incrementado e expandido por políticas públicas nas últimas décadas, pode não estar servindo ao fim que se propõe. Formar profissionais de nível superior não significa apenas fornecer um diploma depois de cumpridas as exigências estabelecidas pelas instituições de ensino. A vivência do Ensino Superior deveria capacitar as pessoas para construir o conhecimento, ao invés de simplesmente replicá-lo, muitas vezes de forma insuficiente.

4. AS FORMAS E PROPOSTAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR

Nenhuma forma de avaliar poderia ser considerada efetiva, sem levar em consideração o papel do erro no processo de aprendizado. Todos os grandes avanços da ciência foram precedidos por muitos erros e muitas descobertas importantes partiram de premissas equivocadas, ou resultaram de erros.

Se realmente reputarmos aos erros o condão de orientar o aprendizado e a construção do conhecimento, chegaremos à conclusão de que a simples aplicação de provas bimestrais será insuficiente para avaliarmos o desenvolvimento discente, uma vez que tais instrumentos punem os erros com notas baixas e consequente reprovação.

Sem dúvida, só está livre de errar, aquele que nada faz – embora a simples atitude de nada fazer possa ser considerada, em si mesma, um grande erro. Assim sendo, oportunizar momentos de reflexão e do uso dos conceitos supostamente aprendidos, na solução de questões práticas e/ou teóricas é fundamental ao desenvolvimento de novos saberes com base no aprendizado. É a exploração da Zona de Desenvolvimento Proximal, descrita por Lev Vygotsky[2].

O desenvolvimento de qualquer saber consiste na metabolização da informação e sua incorporação adequada à percepção da realidade. É a internalização da informação em junção dinâmica com o conhecimento que já se possui, o que permite a aquisição e o desenvolvimento do saber e, em tal processo, muitas vezes incorremos em erros, que podem nos auxiliar a separar o joio do trigo.

Nesse sentido, o processo de avaliação deve ser tão contínuo como a própria aprendizagem e considerado como componente imprescindível à sua consecução.

A forma mais comum de avaliação, que normalmente se torna quase sinônimo de provas ou exames é o que conhecemos como avaliação somativa. Essa forma de avaliação normalmente atribui notas e permite que os discentes sejam classificados a partir de seu nível de rendimento.

[1] BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Sobre avaliação da aprendizagem no ensino superior: o que dizem pesquisas da pós-graduação brasileira?** Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, s/d. Documento on-line disponível em: *http://anpoll.org.br/eventos/enanpoll2015/wp-content/uploads/2014/12/AVALIACAO-DA-APRENDIZAGEM-ENSINO-SUPERIOR.pdf*

[2] **Zona de Desenvolvimento Proximal** (ZDP) é um conceito elaborado por Lev Vygotsky, que define a distância entre o *nível de desenvolvimento real*, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda *e o Nível de desenvolvimento potencial,* determinado através de resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro (...). É a série de informações que a pessoa tem a potencialidade de aprender, mas ainda não completou o processo, conhecimentos fora de seu alcance atual, mas potencialmente atingíveis.
(Fonte: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_de_desenvolvimento_proximal*)

Além da avaliação somativa, faz-se necessário à implementação do aprendizado, o uso de outros instrumentos, que servem a propósitos diferentes daqueles de atribuir notas e que não resultam na mera aprovação ou reprovação dos estudantes. Descreverei aqui de forma sucinta, algumas abordagens avaliativas já estudadas e utilizadas na prática docente.

Uma forma bastante importante no processo avaliativo é a avaliação diagnóstica. Por meio dela, o docente pode avaliar o grau de conhecimento de seus alunos e assim, estabelecer caminhos e estratégias visando atingir os objetivos propostos pela Disciplina. Além disso, poderá o professor perceber as formas e modalidades de raciocínio lógico e analógico de cada um de seus alunos, o que lhe permitirá utilizar-se de abordagens didáticas que levem em conta os recursos dos alunos e colabore para a superação das dificuldades que porventura possam apresentar.

A avaliação formativa é, em certa medida, apenas uma modalidade da avaliação diagnóstica, que tem a especificidade de se dar de forma contínua. Consiste em checar continuamente os resultados do processo de aprendizagem através de reflexões, discussões e solução de problemas teóricos e/ou práticos. Essa forma de avaliação utiliza a percepção e a compreensão dos erros como balizas para a identificação e solução das dificuldades.

Outra modalidade de avaliação é a que conhecemos como avaliação cumulativa, que faz uso de instrumentos de avaliação a cada momento do aprendizado, tais como exercícios de fixação e de recordação. Através dessa modalidade, tanto o docente como os discentes podem avaliar a compreensão que se teve sobre o conteúdo trabalhado naquela aula ou bloco de aulas.

Cada vez mais se cogita o emprego de formulários estruturados de autoavaliação. Essa modalidade pode servir de parâmetro ao aluno em sua visão pessoal do processo de sua formação, assim como evidenciar procedimentos que talvez não estejam sendo observados. Pode ser utilizada em conjunto com a avaliação das ações do docente e permitir ao professor a utilização do ponto de vista dos alunos para o aprimoramento de suas intervenções pedagógicas.

Por fim, é inevitável que cheguemos à conclusão de que, de tempos em tempos e ao final do curso, a avaliação somativa se demonstre necessária. Afinal, embora possamos atribuir notas por participação, atividades e outras modalidades de produção discente, pela atual estrutura dos cursos e das normas administrativas, as notas obtidas em provas e exames ainda são consideradas como bastante importantes.

Cipriano Luckesi nos diz a esse respeito:

> De fato, o ideal seria a inexistência do sistema de notas. A aprovação ou reprovação do educando deveria dar-se pela efetiva aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários, com o consequente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções. Entretanto, diante da intensa utilização de notas e conceitos na prática escolar e da própria legislação educacional que determina o uso de uma forma de registro dos resultados da aprendizagem, não há como, de imediato, eliminar as notas e conceitos da vida escolar.[1]

De todo modo, devemos compreender que a real avaliação do processo de aprendizagem deve idealmente adotar como parâmetro, uma síntese dos resultados de todos os tipos de avaliação que compõem a ação pedagógica.

5. PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA AVALIAÇÃO DE VALOR PEDAGÓGICO

Todas as modalidades e formas de avaliação deveriam ser vistas como oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem. Infortunadamente, as avaliações em qualquer ocasião parecem suscitar nos discentes sentimentos bastante aversivos e desencadeiam grande ansiedade e sobressalto. A partir de tal situação angustiante, o resultado em formato de notas, se torna por vezes mais importante que a efetiva aquisição de conhecimento; na mesma

[1] LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?** Série Idéias n. 8. São Paulo: FDE, 1998, p. 78 (Documento on-line disponível em *http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf*)

medida, o diploma se mostra mais valorado que o saber e a capacitação que ele deveria certificar.

A avaliação deve ser compreendida como ato pedagógico e o discente deveria, ao final de uma avaliação, possuir mais conhecimento do que quando a iniciou, uma vez que a avaliação em si, pode proporcionar desenvolvimento ao aluno. Para tanto, as formas e os instrumentos de avaliação devem ser concebidos e utilizados pelo docente com a habilidade, o cuidado e o empenho que se fazem necessários.

Muitas críticas são levantadas contra os instrumentos de avaliação que fazem uso de questões objetivas, de múltipla escolha. Num contexto como o do Brasil de 2022, no qual nos deparamos nos cursos de graduação com alunos que viveram a realidade de escolas públicas, com classes superlotadas, professores pouco motivados, em que a promoção automática presidia a carreira discente, com pouca ou nenhuma tradição de leitura e, portanto, com baixa habilidade para a escrita, tais questões se mostram bastante adequadas ao processo avaliativo. Contudo, se as questões de múltipla escolha forem utilizadas de forma pouco elaborada, com foco em memorização e reconhecimento, atendendo aos princípios da chamada pedagogia compensatória[1], o uso desse instrumento provavelmente resultará em desserviço à formação do aluno.

Os elementos do processo avaliativo devem permitir que tanto o docente quanto o discente possam checar a compreensão dos fundamentos e conceitos da Disciplina e sua operatividade na solução do problema proposto. Questões cujas respostas são claramente explicitadas pelo próprio texto do material fornecido ou indicado pelo professor não favorecem o aprendizado, nem incrementam o conhecimento; revela talvez, apenas a pouca habilidade ou o baixo empenho do docente na formulação de questões destinadas a avaliar seus alunos.

De forma sistemática, a correção reflexiva do instrumento avaliativo deve ser realizada com os discentes, de preferência, logo após o término da avaliação. Essa atitude permite que as linhas de raciocínio e dedução empregadas pelos discentes na solução das questões, sejam compreendidas e reorientadas, caso necessário. Além disso, permite ao docente realizar conexões com o conteúdo lecionado, esclarecendo dúvidas e consolidando conceitos, priorizando os olhares e estabelecendo bases para a abordagem dos problemas. Não basta fornecer gabaritos ou atribuir notas – a forma e o ponto de vista a partir dos quais se deram os erros e os acertos é de fundamental importância para a consolidação do aprendizado e o avançar no conhecimento.

De qualquer forma, a relação empática do docente em relação aos educandos se mostra elemento fundamental e imprescindível para que o processo de aprendizado se efetive e alcance a maior amplitude possível. É a relação de confiança, a percepção de que educador e educandos estão em parceria e trabalhando juntos na busca de se alcançar um objetivo comum, o que permite a liberdade de errar, na ousadia de se desenvolver e de aprender cada vez mais.

A esse respeito, Jussara Hoffmann nos esclarece:

> "Mesmo que o educador trabalhe com muitos alunos, sua relação, no processo avaliativo, estabelecer-se-á de forma diferente com cada um deles. Por meio da ação mediadora, da tomada de decisão, ele estará afetando vidas e influenciando aprendizagens individuais. Da mesma forma, cada aluno irá estabelecer maiores ou menores vínculos intelectuais e afetivos com cada professor, resultando em atitudes e respostas diversas por parte destes. "
>
> "Dessa forma, o processo avaliativo é sempre de caráter singular no que se refere aos estudantes, uma vez que as posturas avaliativas inclusivas ou excludentes afetam seriamente os sujeitos educativos." [2]

[1] A Pedagogia Compensatória é uma abordagem através da qual "Quer se compensar a ineficiência ou ineficácia da aprendizagem, seja por quais motivos forem, em razão do aluno e/ou da sua família ter problemas muitas vezes reais e graves a partir da aprovação indiscriminada. Dessa maneira a escola patrocina, através da ideologia social do pensamento de tal pedagogia e de sua aplicabilidade, uma exclusão social por dentro do sistema, e não como anteriormente, através do mero e simples afastamento do aluno da escola. Esse aluno receberá um diploma que significará absolutamente menos do que deveria." BESNOS, Hilton Vanderlei. **Pedagogia Compensatória e IDH**. WebArtigos, 3 de julho de 2013. (Documento on-line, disponível em *https://www.webartigos.com/artigos/pedagogia-compensatoria-e-idh/108807*).

[2] HOFFMANN, Jussara. **AVALIAÇÃO FORMATIVA OU AVALIAÇÃO MEDIADORA?** p. 1 (Documento on-line, disponível em: *https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/08/avaliao-formativa-ou-avaliao-mediadora-1.pdf*).

É de fundamental importância que o professor permita que seus alunos se sintam livres e seguros para checar seu nível de entendimento e compreensão dos conteúdos que estão estudando, a cada passo do aprendizado. Caso contrário, os resultados da avaliação somativa constituirão seu único referencial quanto ao sucesso ou ao fracasso de seus esforços. Isso pode acarretar consequências muitas vezes desastrosas para o aluno e para o professor, além de promover prejuízos ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

6. CONCLUSÃO

Os processos avaliativos contínuos não devem ser encarados como mera verificação daquilo que foi ou não aprendido, mas compreendidos como parte integrante e importantíssima do processo de aquisição do conhecimento.

É através das diversas formas de avaliação, que tanto docentes quanto discentes podem se sentir seguros quanto ao que já foi aprendido e quanto ao que ainda deve ser consolidado.

Os sentimentos aversivos frente à avaliação têm raízes profundas na história da Educação e da própria construção das civilizações. Esses sentimentos devem ser empaticamente acolhidos, mas de forma alguma valorizados em demasia.

Ao contrário, construir atitudes positivas do trabalho conjunto de docentes e discentes, é o que poderá ressignificar o valor e a importância frente aos processos avaliativos, por meio do estabelecimento de boas relações de confiança e da avaliação para o aprendizado e o desenvolvimento.

Avaliar não pode servir ao propósito meramente classificatório que define aprovação ou reprovação, fracasso ou sucesso. Tal atitude não apenas discrimina e segrega como também promove distorções graves, que levam os educandos a valorizar mais as notas que o próprio aprendizado e, consequentemente, a priorizar a obtenção do diploma acima da solidez de sua formação.

O processo avaliativo deve merecer atenção e dedicação por parte dos docentes, a fim de que seus resultados possam servir como base do conhecimento que desenvolverá sobre as características de cada um de seus alunos, bem como à reformulação e redirecionamento de suas ações pedagógicas.

Finalmente, a qualidade de relação estabelecida entre professores e alunos se constitui como elemento fundamental para que os resultados do processo de avaliação e, portanto, do processo educacional, sejam proveitosos e promovam o desenvolvimento e aprendizado contínuos. Isso vale tanto para os discentes, como também àqueles que têm por mister a mediação do processo de aquisição do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos - **Avaliação, Ensino e Aprendizagem**. (Documento on-line, disponível em: *https://docplayer.com.br/30933478-Avaliacao-ensino-e-aprendizagem-anotacoes-para-um-comeco-de-conversa-1-dra-lea-das-gracas-camargos-anastasiou-2.html*).

BESNOS, Hilton Vanderlei. **Pedagogia Compensatória e IDH**. WebArtigos, 3 de julho de 2013. (Documento on-line, disponível em: *https://www.webartigos.com/artigos/pedagogia-compensatoria-e-idh/108807*).

BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Sobre avaliação da aprendizagem no ensino superior: o que dizem pesquisas da pós-graduação brasileira?** Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, s/d. (Documento on-line disponível em: *http://anpoll.org.br/eventos/enanpoll2015/wp-content/uploads/2014/12/AVALIACAO-DA-APRENDIZAGEM-ENSINO-SUPERIOR.pdf*).

BNCC na Educação Infantil. (Documento on-line disponível para download em: *https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/bncc-educacao-infantil/?gclid=CjwKCAjw3cSSBhBGEiwAVII0Zx_5Tss0J45HHLBb7Cu3XUfA9vxCQMwVpyr8FHokN5lMFEBSHRaaVBoCt6YQAvD_BwE*).

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. **Contexto histórico da avaliação escolar**. (Documento on-line, disponível em: *https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/1/contexto-histrico-da-avaliao-escolar*).

FREIRE, Emanuella Sampaio; CARVALHO, Allana Oliveira Pereira; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros. **A Avaliação Educacional: uma dimensão histórica**. (Documento on-line, disponível em: *https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39108/1/2013_eve_apmribeiro.pdf*).

FUENTES, Natalia. **Estilos de aprendizagem: qual sua relevância?** (Documento on-line, disponível em: *https://www.reaprendentia.org/estilos-de-aprendizagem/?gclid=Cj0KCQjwl7qSBhD-ARIsACvV1X3srGaSdfbVIBbJkX36ArOKET0WL8jU16NW9-luHxOZqh_m_-D8B8gaAiblEALw_wcB*).

HOFFMANN, Jussara. **AVALIAÇÃO FORMATIVA OU AVALIAÇÃO MEDIADORA?** (Documento on-line, disponível em: *https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/08/avaliao-formativa-ou-avaliao-mediadora-1.pdf*).

LUCKESI, Cipriano Carlos - **Avaliação da Aprendizagem e Educação**. (Documento on-line, disponível em: *http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/avaliacaoaprendizagemluckesi.pdf*).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem na Escola**. (Documento on-line, disponível em: *http://irsas.cascavel.pr.gov.br/arquivos/23122013_cipriano_carlos_luckesi_-_avaliaacao_da_aprendizagem_na_escola.pdf*).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação? O que pratica a Escola**. (Documento on-line, disponível em: *http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf*).

NOVA ESCOLA. **A avaliação deve orientar a aprendizagem**. (Documento on-line publicado em 01/01/2009 e disponível em: *https://novaescola.org.br/conteudo/356/a-avaliacao-deve-orientar-a-aprendizagem?gclid=Cj0KCQjwl7qSBhD-ARIsACvV1X0JaijZST0wxx5D8pakJiTe0lLRqOddGdHbHTSKwkgVZL9d04NRDFIaAmy9EALw_wcB*).

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero**. Avaliação: conceitos em diferentes olhares – Uma experiência vivenciada no Curso de Pedagogia**. (Documento on-line, disponível em: https*://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/510_223.pdf*).

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. [4ªed.] São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A ESCOLA MODERNA E O PROFESSOR: AMBIVALÊNCIAS E DIALÉTICAS

Rodrigo Barboza dos Santos

Doutor em Educação, Arte e História da Cultura (Mackenzie/SP). Mestre em Educação pela Uninove/SP. Graduado em Filosofia (Mackenzie/SP). Parecerista da Revista Eccos, Professor e Coordenador acadêmico na UNISAN.

prof.rodrigobarboza@gmail.com

Luana Mamani Gutierrez

Graduada em Matemática pela Uninove. Professora titular de cargo da Secretaria Municipal da Educação de São Paulo e da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

luanagutierrezsp@hotmail.com

RESUMO

No presente artigo, refletiremos acerca de algumas das características que envolvem a comunidade escolar atual, ressaltando o papel que o professor desempenha dentro desta comunidade. Para tanto, é de fundamental importância recuperar o significado do conceito "tabus", pois este conceito explica, em larga escala, a situação concreta do professor na escola moderna. Se quisermos entender e discutir a escola moderna é imperativo partirmos da ideia de que um dos profissionais que nela atuam tem sua imagem prejudicada e isso dificulta as relações dentro da própria escola, moldando, em parte, as características dessa instituição.

Palavras-chave: *Escola moderna. Tabus educacionais. Professor.*

ABSTRACT

In this article, we will reflect on some of the characteristics that involve the current school community, highlighting the role that the teacher plays within this community. Therefore, it is of fundamental importance to recover the meaning of the concept "taboos", because this concept explains, in a large scale, the concrete situation of the teacher in the modern school. If we want to understand and discuss the modern school, it is imperative to start from the idea that one of the professionals who work in it has their image damaged and this makes relationships within the school itself difficult, shaping, in part, the characteristics of this institution.

Keywords: *Modern school. Educational taboos. Teacher.*

Introdução

Como qualquer instituição social, a escola não está imune às transformações que ocorrem dentro do processo histórico da sociedade. Como não é uma instituição fora da sociedade, vai trazer marcas do tempo histórico e social no qual se encontra. Se a sociedade admite violência, por exemplo, seria um contrassenso imaginar que a escola seria um ambiente inteiramente pacífico.

No presente artigo, refletiremos acerca de algumas das características que envolvem a comunidade escolar atual, ressaltando o papel que o professor desempenha dentro dessa comunidade. Ademais, este artigo é a continuação de outro artigo que publicamos na Revista UNISAN (ISSN 1980-1742), no ano 17, número 41, de setembro de 2022[1]. Na ocasião, discutimos a respeito de...

> "*...em que medidas esses tabus afetam o trabalho do professor, muitas vezes o colocando em xeque-mate perante a sociedade"* (SANTOS; GUTIERREZ, 2022, p. 26).

O conceito de "tabus" utilizado para debatermos o assunto foi apropriado da concepção de Adorno, que define os tabus como "*representações conscientes ou pré-conscientes dos eventuais candidatos ao magistério, mas também de outros, principalmente das próprias crianças, que vinculam essa profissão como que a uma interdição psíquica que a submete a dificuldades raramente esclarecidas*" (ADORNO, 1995, p. 98).

De forma breve, a tese defendida consiste, em primeiro lugar, na constatação de que a profissão de professor está envolta em uma série de tabus que dificultam o trabalho docente em sala de aula, principalmente por este profissional estar sendo atrelado a uma série de imagens negativas e pejorativas. Em segundo lugar, constata-se a necessidade de orientar a sociedade e os futuros professores, nos cursos de licenciaturas, em direção ao esclarecimento kantiano, onde este autor defende que as pessoas façam uso da capacidade de pensar por si próprias. Dessa forma, em tese, teríamos possibilidades de superar os tabus educacionais.

Se quisermos entender e discutir a escola moderna, é imperativo partirmos da ideia de que um dos profissionais que atua nela tem sua imagem prejudicada e isso dificulta as relações dentro da própria escola, moldando, em parte, as características dessa instituição.

A escola moderna e suas características

Newton Ramos de Oliveira, pesquisador da educação, voltou sua atenção para algumas características que envolvem a escola moderna. Com o recurso de seu texto *Uma organização complexa: a escola*, analisamos algumas dessas características, na medida em que elas também serão problematizadas.

Segundo o autor em questão, o homem é o único ser que precisa de uma instituição, a escola, que o prepare para a maturidade. Entenda-se aqui a maturidade no sentido proposto por Adorno, aquele que torna o sujeito livre de todas as amarras ideológicas. Em tese, na escola, os indivíduos são emancipados para fazer parte de uma sociedade formada por outros indivíduos emancipados. Crianças e adolescentes passam vários anos na escola, onde adultos especializados devem torná-los capazes de fazer parte da sociedade. Trata-se de uma mediação entre o mundo infantil e irreal e o mundo adulto e real.

Essa instituição única é um estágio que prepara os indivíduos para a maturidade. Contudo, na prática, ela atinge o oposto do seu objetivo, pois retarda a ida do jovem para o mundo contemporâneo, mantendo-o no mundo infantil. Nesse período de espera, o jovem sente-se impaciente e angustiado. Quando o aluno alcança o grau máximo de cada nível escolar, imediatamente se sente superior, como se a escola tivesse atingido seu objetivo, que era emancipá-lo. Aparentemente, o processo de conhecimento chegou ao final. É evidente que a escola não atingiu seu objetivo por meio da própria ação do aluno que se acha superior, pois o emancipado quer que os outros se emancipem também. O emancipado tem consciência de que

[1] SANTOS, Rodrigo; GUTIERREZ, Luana. Os professores e seus tabus educacionais: entre o xeque-mate e o esclarecimento. Revista UNISAN, São Paulo, Ano 17, número 41, p. 26-32, setembro, 2022.

faz parte da sociedade. Se a sociedade não está bem, ele também não pode estar bem. Ignora-se a sociedade; o máximo que pode conseguir é emancipação espiritual, que em nada contribui para a difusão das luzes, no sentido kantiano e iluminista. Esse sentimento de "finalmente" também atinge os licenciados de cursos superiores voltados à formação docente, pois estes têm convicção de que jamais realizarão estudos sistemáticos.

Existem representações que fornecem a imagem da escola como passagem entre o aconchego familiar e o mundo exterior. A escola é a estação por meio da qual os indivíduos são preparados para a sociedade. As famílias deixam as crianças na escola para que elas se emancipem de si mesmas, como se os jovens fossem seus únicos obstáculos. Como se eles não fossem socialmente produzidos. Há uma contradição, pois as famílias entendem que é preciso deixar as crianças na escola para que elas se emancipem, mas ficam ressentidas quando certos hábitos familiares são cortados devido ao fato das crianças estarem na escola. Na realidade, segundo a tese de Newton Ramos de Oliveira, as famílias gostariam de ter as crianças presentes. No entanto, atualmente essa tese pode ser facilmente refutada, pois algumas famílias desejam demasiadamente se ver livres da obrigação de estarem com suas pequenas crianças. Isso é problemático, na medida em que até mesmo a identidade da família brasileira está passando por um período de transição.

A escola deveria ser o hall de entrada para a vida, mas acaba substituindo a própria vida. Na escola, a criança deveria se preparar para agir corretamente frente ao mundo, a fim de mudá-lo. Mudar o mundo é necessário na medida em que ele fomenta as desigualdades e a semiformação. No entanto, ao contrário de como deveria ser, a escola contribui decisivamente para a manutenção das condições existentem, pois fornece aos jovens a imagem de que tudo está funcionando corretamente, além de que a escola incentiva os tabus e preconceitos, culminando na semiformação. Assim, a escola ganha vida própria e substitui a vida que existe além de seus muros. O jovem parece estar vivendo em um mundo paralelo ao mundo real. Isso é problemático. Resta saber o quanto a escola deve se aproximar e se afastar da vida para poder refletir sobre ela. A escola não é um fim em si mesmo, mas sim um meio eficiente para emancipar os indivíduos. Seu isolamento da realidade é uma carência, não uma virtude. Essa carência é necessária porque o cotidiano está impregnado de senso comum, sendo importante também por ocasionar uma ruptura provisória que fornece condições melhores para a compreensão dos processos formativos que envolvem alunos, professores e sociedade. Essa é mais uma contradição social: o indivíduo pode até se esclarecer, mas inevitavelmente fará parte de uma sociedade "menor". E isso é mais uma prova que confirma o fato da escola não estar cumprindo seu objetivo, pois os indivíduos "menores" que formam a sociedade passaram pela escola e não se emanciparam.

Os processos formativos que estão em vigor, mesmo fomentando a menoridade, querem se perpetuar, arrastando todos para uma falsa realidade. Essa carência da escola citada acima, mesmo necessária, não é virtude, pois pode afastar o aluno da realidade, fazendo com que esse aluno jamais possa mudar a sua realidade. Parece que a escola é um mundo totalmente desconexo com a realidade. A situação se complica pelo fato da sociedade contemporânea ser complexa e dividida. Assim, os objetivos são diferentes. Numa sociedade partida (em classes sociais, culturais e subjetivas), aqueles da classe dominante têm um longo caminho para o efetivo exercício da cidadania na sociedade, mas esse caminho é claro e seguro. Aqueles que provêm da classe trabalhadora são empurrados por um caminho árduo e difícil. Com tudo isso, é evidente que a escola não pode ser clara e nem transparente, pois agrega níveis complexos de uma população diversificada. Há na escola coisas ocultas que são indecifráveis àqueles que se aproximam dela sem olhar crítico. E mesmo com o olhar crítico, esse enigma continua sendo quase indecifrável.

A escola não foi idealizada e constituída para que a classe trabalhadora usufruísse dela, mas sim para o usufruto da classe dominante. Isso só mudou por meio de lutas populares. Mesmo assim, a classe trabalhadora nunca foi muito bem-vinda à escola. A ampliação do saber escolar

advindo dos movimentos escolanovistas e a hegemonia do capital trouxeram membros da classe trabalhadora para a escola, num momento em que a alienação e a reificação atingiram seu auge. Época de indústria cultural e semiformação. Esses novos hóspedes da escola são como estrangeiros em um lugar desconhecido. Uma situação complicada para eles, pois a lei vigente é a lei do consumo, muitas vezes restritos para os jovens advindos da classe trabalhadora. Todos os estudantes, sejam eles pobres ou ricos, trazem para a escola marcas da diferenciação social em todos os aspectos. Se a sociedade vive uma intensa luta de classes, a escola corre o risco de também passar por tal situação.

Na escola convivem pessoas que pensam de modos diferentes. As marcas que trazem consigo influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Isso fica mais claro no âmbito de uma aula, em que várias informações se unem e se separam. O professor, que deveria contribuir significamente e decisivamente para a formação (*Bildung*[1]), acaba transmitindo os valores da classe dominante - a saber, a burguesa - como absolutos. Não que o professor ignore os movimentos proletários, mas o magistério é uma profissão burguesa e seus conceitos são burgueses. O entrecruzar de ideias entre o professor e os alunos se manifesta de forma clara, mas fica obscura quando a multiplicidade de grupos facilita os fluxos paralelos e as motivações subterrâneas, que normalmente são inconscientes.

A escola é um conjunto de grupos que se associam. As ações educacionais são prejudicadas se o educador não puder perceber a força dos laços sociais que organizam os imaturos, de acordo com critérios específicos. Nesses grupos, que assumem formas frágeis ou fortes, existem vários valores. Normalmente, os valores são escolhidos de acordo com as afinidades dos membros de cada grupo. O professor deve estar atento a esses valores. Voltemos a tratar da problemática acerca dos professores e dos tabus que o envolvem.

O professor na escola moderna: tabus e semiformação

A profissão de professor se encontra cada vez mais humilhada e deturpada na sociedade pós-moderna. Existem vários estudos que tratam exatamente a respeito dessa desvalorização objetiva, que pode ser observada no cotidiano. No Brasil, a deformação do magistério se acentuou principalmente a partir do Golpe Militar de 1964. A política militar-tecnocrática acelerou a desvalorização do magistério, pois tratou a educação como objeto sem valor. Os salários dos professores primários e dos antigos professores secundários, até então, não eram tão baixos. Com a unificação de ambos no primeiro grau, os salários foram depredados. A visão empresarial devastou as condições objetivas do magistério. No entanto, mesmo com tamanha situação, são pouco exploradas as causas da aversão ao magistério, que são observáveis na sociedade. Essa aversão é causada pelos tabus, como Adorno já indicava. Esses tabus são motivações subjetivas e inconscientes que reforçam a aversão ao professor. Na maioria das vezes esses preconceitos circulam de maneira oculta. São interiorizados e naturalizados, como se qualquer manifestação contrária a eles não passasse de ingenuidade doentia. Nessa sociedade, todos os integrantes recebem e transmitem as aversões, principalmente as crianças. Isso acaba se perpetuando e se tornando um valor quase absoluto, de resolução praticamente impossível.

Esses tabus são extremamente antigos. Fatos históricos dão evidências de que escravos foram usados como pedagogos. Vale lembrar que tal afirmação é meramente hipotética pois, embora existam evidências que a sugiram, não foi provado que isso ocorreu de fato.

O uso da força no âmbito social era muito comum em tempos antigos. Embora na maioria dos países essa violência tenha sido abolida definitivamente, há reminiscências de quando a força física prevalecia na sociedade. Há rivalidade, desde o período medieval, entre a transmissão de novos conhecimentos e poderes pela escola contra o exercício desses mesmos poderes na

[1] O conceito de bildung designa o modo especificamente humano de dar forma às disposições e capacidades naturais do homem e, por isso, o tempo (histórico) e a auto apropriação do sentido da transformação, que a cada um assiste (...) . MOURAZ, Ana. (2015). O conceito de bildung como fundamento epistemológico das histórias de vida. *Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade*, *4*(2). https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v4i2.9096

escola. Quem sai com a imagem arranhada é o professor. Não se perdoa por pretender o poder na esfera das ideias, mas não consegue se sustentar com a força da posição social. Ou seja, embora a sociedade não se reconheça como violenta, ela ainda o é.

A força é o aspecto central que envolve os tabus sobre os professores. A sociedade se sustenta pela força e precisa designar seus agentes, entre eles o professor; contudo, precisa ocultar essa designação e faz isso quando desprestigia esses agentes. A força, mesmo sendo essencial na sociedade, é negada e vista como algo ruim. Outros profissionais também fazem uso da força, mas devido ao fato de não estarem cercados de tabus, suas imagens não saem prejudicadas. Um exemplo disso são os juízes, que gozam de prestígio e estão envoltos em uma aura de justiça e direito. No entanto, também usam da força, pois nas sociedades contemporâneas, ainda que seja questionável, só se alcança a justiça com o uso da força, mesmo esta sendo justificada. O que distingue os juízes dos professores é que aqueles usam a força contra adultos, enquanto estes fazem uso dela contra seres imaturos. É uma desigualdade injusta e o professor é desprezado por ser um pequeno ditador, sem contar que a posição objetiva do juiz é melhor que a do professor, que tem sua posição obnubilada pelas amarras e tabus sociais. Ainda sobre a violência, o que persiste são as imagens, que na maioria das vezes não correspondem mais à realidade. Como foi dito, essas imagens persistem na maioria das vezes, portanto não são universais. O professor não é absolutamente inocente. Embora eles não possam mais recorrer às agressões físicas, ainda usam de métodos violentos, como o uso da avaliação para oprimir os alunos, subvertendo os legítimos objetivos da avaliação educacional e tornando-a mero elemento de controle social. Esse é mais um fator que aprisiona o esclarecimento e fomenta a crise na educação.

De acordo com Newton-Ramos de Oliveira quanto ao magistério, os professores universitários também tiveram suas imagens arranhadas. O motivo disso ter ocorrido foi a abertura de uma grande quantidade de universidades particulares de baixo nível e o sucateamento dos salários nas universidades oficiais. Atualmente, muitos professores universitários são menosprezados pelos formados que seguem carreira como profissionais liberais, pois estes desistem da carreira na qual estavam preparados para seguir, por causa das imagens inconscientes que tinham a respeito delas. Nessa perspectiva, o professor universitário passou a ser apenas um vendedor de conhecimento. Transformou seu espírito em mero valor de troca, e isso é problemático. O professor universitário foi sendo desvalorizado pela sociedade capitalista que valoriza apenas quem ingressa no polo do capital. Isso, inclusive, fez com que muitos professores universitários passassem a exaltar o bacharelado e as pesquisas juntos aos seus alunos, em detrimento das licenciaturas. A prova disso é a crise que envolve as licenciaturas em todo o país, fazendo com que muitos desses cursos tenham que ser fechados, pois a demanda é praticamente zero. A falta de professores, que já é uma realidade no Brasil, tende a se tornar mais severa.

O professor na educação básica sofre descrédito também por ser visto meramente um como repetidor de fatos conhecidos. Ele não tem mérito nenhum na investigação ou na pesquisa - ele simplifica e torna superficial o que ensina. Assim como diz Adorno, essa atividade do professor é suspeita. Se o professor “esconde o jogo”, como conseguirá emancipar alguém? Acaba se tornando contraditório. E isso acaba sendo percebido pelos alunos, que têm a impressão de estarem sendo enganados. E não estão totalmente equivocados, já que na simplificação dos conteúdos o professor muitas vezes deturpa e banaliza o conhecimento. Os temas são motivados pelos próprios temas, mas são adequados aos seus ouvintes, que são imaturos. Surge um dilema: ensinar os conhecimentos em sua integra e correr o risco de não ser entendido ou simplificar o conhecimento a ponto de banalizá-lo? Cabe ao professor buscar uma resposta que satisfaça a todos e não prejudique ninguém, além de acabar com essa desconfiança.

Há um fator que é constante no professor e que irremediavelmente atrapalha o processo de ensino e aprendizagem. Esse fator é o chamado ar professoral e contribui para a deformação do magistério. Nele há uma mistura de

conhecimentos válidos e conhecimentos pedantes; posturas com entonações e ênfases especificas do professorado. Os alunos percebem aquilo que é válido e aquilo que é pedante. Muitas vezes, ao lidar com um conhecimento construído historicamente, o professor acaba eliminando desse conhecimento todo o vinculo que ele possa manter com a realidade ou com a história. O aluno pensa: o que isso tem de semelhante ao mundo em que vivo? Ora, dessa forma e como não poderia deixar de acontecer, o conhecimento se torna banal. As possibilidades de esclarecimento se exaurem, pois esses conhecimentos parecem ser desnecessários. Esse ar professoral nutrido por muitos professores, essa pretensão de saber tudo e ser dono da verdade, mistura de soberba com conhecimento, fora da escola já é problemático, mas dentro dela é um dificultador de aprendizagem, como se o ensino fosse matéria de opressão, exercida de personalidade para personalidade. As relações autoritárias são contrárias à educação, pois não se podem criar sujeitos emancipados usando meios autoritários - e parece que poucas pessoas perceberam isso. Ou o modelo social ignora tal fato ou então se finge de ignorante. A segunda alternativa é mais viável, pois todo modelo social deseja se perpetuar. Fingir ignorância é uma ótima estratégia para tanto, pois se livra da responsabilidade de ter que encontrar meios para superar sua própria ignorância.

Com o advento da Escola Nova, o autoritarismo, em tese, foi deixado um pouco de lado. Antes, o professor era o juiz, o júri, o promotor e a lei dentro da sala de aula. Estava além do bem e do mal. Depois, os alunos conseguiram ganhar voz no processo educacional. O autoritarismo foi, em tese, substituído nas aulas por uma espécie de dialética, na qual professor e alunos têm o mesmo direito à palavra. Contudo, mesmo com o advento da Escola Nova e com o pensamento progressista das últimas décadas, inspirado por Paulo Freire principalmente, o professor sempre tem a última palavra, mesmo quando ele parece dividi-la com os alunos. O aluno parece perceber que “o terror só mudou de cheiro e de uniforme”[1].

Algumas atitudes do professor em relação ao aluno fazem com que pareça que alguma coisa está errada. Desde as primeiras aulas no curso de formação dos professores, aqueles que estudam para serem professores se encontram com mensagens irreais que dizem, por exemplo, que eles devem ter uma dedicação indiferenciada a todos os seus alunos. Esse padrão idealizado faz com que os estudantes vejam como forçadas as atitudes dos professores. Acham que o padrão de comportamento não é normal e acham que os professores são falsos. É mais um tabu que exerce pressão sobre o conceito social do professor. No entanto, o professor não pode agir como outro profissional qualquer. Muitos estudantes idealizam seus professores e não aceitam quando eles agem dauqela maneira. As crianças, depois de se decepcionarem com a não identidade de seus egos com os egos de seus pais, logo também se decepcionam por reconhecer que também não há identidade com o ego de seus professores. Aí o sentimento de revolta está dado.

O professor é visto também como um ser que está afastado da realidade. Ou os professores são alienados ou são infantis, de acordo com o julgamento da sociedade. Traços infantis dos professores se misturam com traços infantis dos alunos. Os alunos ainda parecem estar mais ligados à realidade do que os professores, pois estes precisam corresponder a um ideal de superego - ideal este que acaba frustrado, como bem percebem os estudantes. Mas tudo isso é consequência de o professor se encontrar fixado em um mundo visto socialmente como infantil, a saber, a escola.

A sociedade vê a escola como parte do mundo imaturo, pois ela é necessariamente um estágio no qual o aluno deve passar para se tornar cidadão, como se a escola estivesse fora da vida. Se for assim, todos aqueles que se encontram na escola estão fora da vida, inclusive o professor. O professor é conhecido como aquele que está alienado da realidade. O professor, talvez por ser idealista, sente dificuldade em sair do mundo dos diálogos e entrar no mundo dos negócios, no qual a mais-valia é a regra que comanda tudo. No mundo do diálogo o esclarecimento é possível. A dialética é essencial para que haja a mudança da realidade. Ao contrário do mundo “lá fora”, em

[1] Trecho da música *La Maison Dieu*, no álbum Uma Outra Estação, da banda de rock nacional Legião Urbana.

que os valores humanos são deixados de lado e a reificação toma o lugar do esclarecimento.

Normalmente, o professor fracassa quando parte para alguma atividade pautada pela extração do lucro, talvez por ter uma posição crítica contrária a essa função que teve que executar. Com isso, o professor se aconchega nas salas de aula e constrói formalmente um mundo irreal. Os fatos que não existem acabam se tornando rotina. Os trabalhos realizados pelos alunos parecem não manter nenhum vínculo com a realidade, sendo apenas objeto de análise gramatical ou crítica superficial e desconectada da história. Toda a realidade dos assuntos é retirada e os textos lidos são textos fora de contexto. Logicamente e como não poderia deixar de acontecer, a escola não cumpre com seu papel. A escola se mantém longe da realidade e é este o motivo que faz com que haja desinteresse pelas lições e trabalhos escolares, conforme observamos atualmente. A análise compartilhada dos conteúdos passa a ser ignorada, tornando a escola escolástica. Os conteúdos são estáticos e absolutos, não havendo espaço para questionamento. A escola, nesse sentido, se assemelha grandemente a um déspota não-esclarecido, pois não contribui em nada para a difusão das luzes do conhecimento. O mundo escolar é um mundo estranho, no qual a realidade está distante, muito distante.

A escola acaba, por esses motivos, reforçando a semiformação numa sociedade dominada pela indústria cultural. O homem, apenas assistindo o que acontece ao seu redor, se torna uma coisa que se relaciona com outra coisa. É apenas um objeto. Está alienado, segundo a concepção de Lukács que diz que...

> *"... a alienação se define nos vínculos que o homem estabelece na organização do trabalho na sociedade capitalista e na qual as relações entre as pessoas tornam a aparência de relações entre as coisas"* (Lukács Apud OLIVEIRA, Newton Ramos, 1995, p. 134).

Os sujeitos acabam percebendo a si mesmos e ao mundo como estáticos. Vê-se impotente frente ao mundo, pois as estruturas sociais vigentes parecem estáticas e inertes.

Oliveira também percebe algumas peculiaridades que, segundo sua tese, reforçam os estereótipos do professor e da escola. O verbalismo, por exemplo, consiste apenas na palavra, ignorando a empiria. Há ausência de realidade. Os alunos são desestimulados a pensar na realidade mutável para se dedicarem a uma memorização articulada, que normalmente se perde após as provas. O congelamento do real elimina os traços que indicam que a realidade é mutável e quem muda a realidade é o homem. Como a história não pode ser eliminada, o pensamento alienante conta que as mudanças ocorreram pelas mãos dos heróis. Assim, encerra-se a história com o fim do movimento dialético. O formalismo é a estrutura organizacional imóvel, inexplicada e estereotipada. Mudanças se restringem exclusivamente ao plano formal. O aluno se torna inerte, pois assim encontra sua posição em qualquer lugar, inclusive na sociedade, em que ficará ao lado de outros indivíduos inertes. Trata-se de um determinismo social. A compartimentalização é o gosto pelas partes e não pelo todo, como se o todo não existisse. Há poucas informações, pois estas foram substituídas pelos informes. Cada um tem sua especialidade na parte que lhe é devida, abandonando à sorte dos outros as suas partes desconhecidas. A história aparece como um painel indecifrável, no qual cada um permanece em seu lugar. O mercantilismo e a competitividade são traços do reinado do mercado, em que o modo de produção vigente é privilegiado pela classe dominante, que gostaria de eternizá-lo. Notas e méritos estabelecem o preço do aluno na sociedade quando ele se torna adulto. O indivíduo se torna preço, perde a dignidade de ser humano. É apenas um instrumento reificado que adquire legitimação na escola.

Com tudo isso, a escola enfraquece os homens. Há uma enfatização da racionalidade

instrumental, opressiva e repressiva. Em vez de emancipar, adéqua o homem ao sistema capitalista. Naturaliza ao homem a história e a natureza. Legitima a ordem social vigente e todas as suas características. O homem se torna refém da semiformação.

A semiformação é o contrário da formação e afeta não só o intelecto do homem, mas também sua vida sensorial. A formação transmitida na escola é neopositivista, pois prioriza a predição, a eficiência e o controle técnico. O homem-tornado-instrumento[1] aceita passivamente esse método. O homem se torna presa da semiformação, perdendo sua capacidade de fruição intelectual e criação. Esse sistema, que se acha dominante no currículo do cotidiano, se torna hegemônico na escola que, por sua vez, reproduz a vida como ela se encontra - alienada. A sala de aula passa a ser um espaço dogmático, no qual modos alternativos de pensar são descartados. Tal situação, como não poderia deixar de acontecer, ultrapassa os muros da escola e passa a ser fato na sociedade.

Considerações finais

Mesmo com esse sistema deformado, a escola é a única instituição que pode emancipar o homem. Ela é ambígua e sua realidade é dialética, pois transforma os sujeitos, mas pode ser transformada por eles. O professor é a figura central dessa transformação. Ele deve se analisar e auxiliar as pessoas para que elas se esclareçam. Para isso, precisa se libertar de algumas inibições culturais. Precisa conhecer os tabus para eliminá-los.

A democracia precisa ser cultivada, pois o etnocentrismo causou a barbárie. O positivismo que ignorou a ética por muitos anos, já destruiu muitos sonhos. A emancipação da humanidade é a única arma contra a barbárie. Não podem ser ignoradas as limitações da escola e os modos com que confunde a realidade com o irreal. Contudo, somente a escola pode desbarbarizar e esclarecer. A escola precisa cumprir sua missão, como quando deu suporte para a burguesia criar novos modelos de pensamento e de ação. Essa ação precisa ser ampliada, pois é período de transformação. A humanidade precisa decidir se quer se emancipar ou se barbarizar. A escola precisar se opor à visão dogmática e única fornecida pelo mundo, que tenta obstruir as alternativas de pensamento. Segundo Adorno, é de essencial importância que a escola cumpra a sua missão. E para que isso seja concretizado, o profissional da escola deve se engajar o máximo possível, pois somente por meio dele a mudança poderá acontecer.

Dentro das circunstâncias abordadas nesse artigo, embora problemático, urge a necessidade de pensarmos na superação dos tabus educacionais e em como melhorar a relação entre professores e alunos. Para tanto, é de fundamental importância revisitar a visão que os alunos têm sobre os seus professores, pois ao que nos parece somente por esse caminho teremos a oportunidade de alterar a situação vivenciada em nossas escolas.

[1] Termo introduzido em: OLIVEIRA, Newton R. A escola, esse mundo estranho. In: PUCCI, B. (org.). Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. São Carlos: UFSCar, 1995.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, Theodor W. **Tabus acerca do magistério**. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W. **Teoria da semicultura**. Publicado na Revista "Educação e Sociedade"n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, pág. 388-411.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. *In*: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALLEGOS, Miguel. **La noción de inconsciente en Freud: antecedentes históricos y elaboraciones teóricas**. In: Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 15, n. 4, p. 891-907, dezembro 2012.

KANT, Imannuel. **Resposta à pergunta: que é esclarecimento?** *In*: Textos seletos. Petrópolis: vozes, 1985.

NIETZSCHE, Friedrich. **Introdução teorética sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral**. In: O livro do filósofo. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Newton Ramos de. **A escola, esse mundo estranho**. In: PUCCI, B. (org.). Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. São Carlos: UFSCar, 1995.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Nobel, 1994.

SANTOS, Rodrigo; GUTIERREZ, Luana. **Os professores e seus tabus educacionais: entre o xeque-mate e o esclarecimento**. Revista UNISAN, São Paulo, Ano 17, número 41, p. 26-32, setembro, 2022.

ZUIN, Antônio Álvares Soares. **Adoro odiar meu professor: o aluno entre a ironia e o sarcasmo pedagógico**. Campinas: Autores Associados, 2008.

ZUIN, Antônio Álvares Soares. **O trote na universidade: passagens de um rito de iniciação**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

A CLÁUSULA *CROSS DEFAULT* NOS CONTRATOS COLIGADOS

Beatriz Cal Tavares

Advogada. Mestranda em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Formada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina.

biacaltavares@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho visa analisar a aplicação da cláusula cross-default nos contratos coligados, com escopo em verificar os seus efeitos perante a cadeia constituída, na medida em que almeja constatar se aludida aplicação consiste em medida favorável ou não aos interesses dos contratantes. Para melhor análise, apresenta-se a teoria dos contratos coligados, com esboço em seu conceito e funções. Além disso, é abordada a responsabilidade civil nos contratos coligados, como forma de identificar a sua classificação perante as espécies de responsabilidade contratual e extracontratual. Por fim, a partir do estudo do inadimplemento dos contratos coligados, o trabalho busca retratar a atuação da cláusula *cross default* nestes negócios jurídicos, trazendo doutrina que defende tratar-se de medida prejudicial ao devedor inadimplente, já que este irá se deparar com o efeito dominó provocado pela quantidade de inadimplementos que possam vir a se antecipar. Por outro lado, o trabalho expõe a posição de autores defensores da aplicação da cláusula como um importante meio de gerenciamento de riscos, na promoção de maior segurança ao credor.

Palavras-chave: *Contratos coligados. Cláusula cross default. Inadimplemento.*

THE CROSS DEFAULT CLAUSE IN RELATED CONTRACTS

Abstract:

This paper aims to analyze the application of the cross-default clause in related contracts, with the purpose of verifying its effects on the constituted chain, insofar as it seeks to verify whether such application consists of a favorable or unfavorable measure to the interests of the contracting parties. For a better analysis, the theory of affiliated contracts is presented, outlining its concept and functions. Furthermore, civil liability in related contracts is addressed, as a means of identifying its classification before the contractual and extra-contractual liability species. Finally, based on the study of default in related contracts, the paper seeks to describe the performance of the cross default clause in these legal business deals, providing doctrine that defends this as a harmful measure to the defaulting debtor, since he will be faced with the domino effect caused by the number of defaults that may be anticipated. On the other hand, the paper exposes the position of authors who defend the application of the clause as an important means of risk management, in promoting greater security for the creditor.

Key words: *Related contracts. Cross default clause. Default.*

Sumário:

Introdução. I. Contratos coligados; II. Responsabilidade civil nos contratos coligados; III. Inadimplemento nos contratos coligados. IV. Aplicação da cláusula *cross default* nos contratos coligados. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo analisar a aplicação da cláusula *cross default* nos contratos coligados, com o objetivo de verificar os efeitos de sua aplicação nas cadeias coligadas e, assim, buscar identificar se referida cláusula é benéfica ou não aos interesses de cada um dos contratantes.

Para tanto, o estudo visou apresentar o conceito e função dos contratos coligados, com esboço em alguns exemplos práticos, para o fim de exibir as características fundamentais dos complexos coligados, mas também identificar suas consequências no mundo jurídico.

Nessa esteira, o trabalho também elucida a responsabilidade civil nos contratos coligados, na medida em que se busca identificar qual espécie de responsabilidade civil se aplica nestes casos, se é a contratual ou a extracontratual, posto que os complexos coligados podem ser formados por partes iguais ou diversas e, nesta última hipótese, as partes dos contratos serão identificadas como terceiros perante às relações jurídicas, o que implica na indagação de qual responsabilidade se aplicaria e, consequentemente, como aferir a sua forma de tratamento.

Ainda, o artigo busca tratar especificamente do inadimplemento dos contratos coligados, visando identificar como os efeitos do inadimplemento de um dos negócios jurídicos poderá vir a afetar os demais a estes coligados, de modo a apresentar o método para melhor interpretação destas relações jurídicas, com intuito de compreender as possíveis implicações perante cada contrato e o fim visado pela cadeia coligada.

A partir disso, o trabalho se volta ao estudo da aplicação da cláusula *cross default* aos contratos coligados, a partir da apresentação do conceito de aludida cláusula, mas também com esboço em seus efeitos e, assim, buscando traçar um paralelo entre os entendimentos desfavoráveis à sua aplicação e aqueles que a identificam como um importante papel perante as contratações coligadas, de modo a buscar analisar a afetividade de sua aplicação e os possíveis efeitos na cadeia coligada.

I. DOS CONTRATOS COLIGADOS

Os contratos coligados são definidos como negócios jurídicos interligados por uma unidade de interesse que permeia toda a operação econômica, de modo que cada contrato possui sua função diante da finalidade principal e específica da cadeia coligada.

Segundo Orlando Gomes (2000, p.104), entende-se por contratos coligados dois contratos completos que, "embora autônomos, condicionam-se reciprocamente, em sua existência e validade. Cada qual é a causa do outro, formando uma unidade econômica. Enfim, a intenção das partes é que um não exista sem o outro." Nesse sentido, Francisco MARINO leciona:

> ...contratos coligados podem ser conceituados como contratos que, por força de disposição legal, da natureza acessória de um deles ou do conteúdo contratual (expresso ou implícito), encontram-se em relação de dependência unilateral ou recíproca (MARINO,2009, p.99).

A identificação de contratos como sendo coligados baseia-se na autonomia estrutural dos contratos e seu nexo funcional. Na visão de Rosario Nicolò (1936, p. 1477), os contratos são autônomos na medida em que cada qual possui o seu conteúdo e causa próprios; sendo que o nexo funcional deriva da vontade das partes no sentido de "subordinar os efeitos do depósito à sorte do negócio fundamental".

Em complemento, ressalte-se o conceito apresentado por Rodrigo Xavier (2003, p.138): "funcionalmente, os contratos estruturalmente individualizados mostram-se vinculados, na medida em que formam elementos de uma operação econômica unificada, sistematizada e funcionalizada."

Para melhor análise do seu conceito, destaca-se alguns exemplos de contratos coligados, tais como os contratos com escopo na distribuição de combustível, na medida em que se constituem diversos negócios jurídicos (ex: comodato, locação do imóvel, compra e venda) cada qual com suas obrigações contratuais, mas que visam, em última análise, distribuir combustíveis.

Há ainda os contratos coligados vinculados às relações bancárias, nos quais observa-se a ligação entre os agentes financeiros e seus correntistas, tomadores de crédito e investidores; operações estas já reconhecidas pela jurisprudência como pertencentes a um complexo coligados.

A título exemplificativo, um contrato de compra e venda coligado a um contrato de financiamento denota que o primeiro contrato é o principal dessa coligação, uma vez que subsistiria ainda sem a existência do segundo. Contudo, o inverso não se verifica, na medida em que o contrato de financiamento seria ineficaz caso o contrato de compra e venda não existisse ou fosse extinto, restando caracterizada, portanto, a sua natureza acessória.

Em síntese, os contratos coligados constituem-se em relações jurídicas autônomas entre si, interligadas por um nexo funcional econômico que implica em consequências jurídicas, assumindo cada contrato sua razão perante a contemplação de toda a operação econômica envolvida.

II. DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS COLIGADOS

Na análise dos contratos coligados, torna-se oportuno o estudo acerca da responsabilidade civil, haja vista a real possibilidade de descumprimento contratual de um ou mais contratos coligados, o que implicará na necessária identificação da responsabilidade civil de cada contratante.

Com efeito, na hipótese de descumprimento de um contrato coligado, o intuito permeia em analisar se há a possibilidade de responsabilização dos agentes integrantes desta rede, mas que sejam diretamente alheios ao contrato descumprido e, ainda, qual a modalidade de responsabilidade civil seria aplicada.

Considerando que os contratos coligados se constituem em relações autônomas interligadas na instrumentalização de uma só operação econômica, parece mais razoável analisar o instituto da responsabilidade civil perante toda a cadeia, isto é, não somente através de um olhar individual para cada negócio jurídico.

Isso porque existem direitos e deveres recíprocos que repercutem “para além das paredes” estruturais de cada contrato, visando a conservação relacional entre as partes integrantes da mesma rede contratual.

Assim, na hipótese de descumprimento obrigacional, surge a figura da responsabilidade civil, a qual deriva deste descumprimento contratual ou de atos contrários aos preceitos normativos.

> Neste sentido, fala-se, respectivamente, em responsabilidade civil contratual ou negocial e responsabilidade civil extracontratual, também denominada responsabilidade civil aquiliana [...]. (TARTUCE, 2018, p. 515).

No tocante à responsabilidade contratual, deve-se entender como aquela que advém da inexecução total ou parcial de um negócio jurídico previamente estabelecido, ou seja, o descumprimento de uma obrigação contratual, como, por exemplo, inadimplemento ou mora, disposto nos artigos 389 e seguintes, e artigos 394 e seguintes, todos do Código Civil.

A responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana, por sua vez, baseia-se na violação de uma norma geral e abstrata, e no dever genérico de não lesar outrem, ou seja, trata-se da inobservância das normas de ordem pública que regem a vida civil. É a responsabilidade indenizatória que decorre da prática de um ilícito civil, sem que entre o agente e a vítima preexista qualquer relação jurídica, com previsão nos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil.

A este respeito, embora as cadeias coligadas sejam constituídas por diversos contratos em cujas partes possam ser diversas, é crível admitir a ampliação de conceito de partes para além da cláusula do contrato individual, oportunidade na qual aplica-se o conceito de simples parte contratante. Abordando sobre o tema, Fernando de Souza Amorim assevera:

> ...considerando que o fato gerador do dano se deu dentro de uma relação de direito contratual, as normas a serem aplicadas deverão ser aquelas constantes do direito contratual. Ainda que isso ocorra através da

> mitigação do princípio da relatividade dos efeitos dos contratos, tratando, ainda que com reservas, como "parte" aquele que diretamente não figura no contrato (AMORIM, 2020).

Em complemento, Luis Lorenzetti aborda aludidas relações sob a ótica do sistema finalístico contratual, de modo a enfatizar os efeitos de cada negócio perante a realização do fim visado pela cadeia coligada:

> A teoria jurídica que permite explicar e estabelecer regras para solucionar conflitos que provém das redes não pode deixar de considerar as novidades que estas apresentam. O enfoque não pode se basear no contrato, mas na integração de um grupo deles que atuam em forma relacionada, de modo que o contrato é um instrumento para a realização de negócios. Este enfoque permite estabelecer que exista uma finalidade negocial supracontratual que justifique o nascimento e o funcionamento de uma rede (LORENZETTI, 1999, p. 54).

Portanto, nos contratos coligados os contratantes de cada um dos negócios jurídicos constituem, entre si, vínculos que adquirem características contratuais, independentemente de serem ou não partes diversas nestes contratos. Logo, sendo um dos contratantes prejudicado, haverá uma pretensão de natureza contratual e, por isto, há de se verificar a responsabilidade contratual.

III. INADIMPLEMENTO NOS CONTRATOS COLIGADOS

Com intuito de melhor compreender o conceito de inadimplemento, é importante ressaltar a noção de adimplemento, o qual consiste no cumprimento da obrigação. Nos dizeres de Clovis do Couto e Silva: "o adimplemento atrai e polariza a obrigação. É o seu fim" (SILVA, 2006, p.17).

Judith Martins Costa entende o adimplemento como a realização, pelo devedor, da prestação concretamente devida, satisfatoriamente, ambas as partes tendo observado os deveres derivados da boa-fé que se fizeram instrumentalmente necessários para o atendimento do escopo da relação, em acordo ao seu fim e às suas circunstâncias (MARTINS-COSTA, 2003, p.81).

Portanto, o adimplemento se volta para o cumprimento da prestação e dos deveres acessórios inerentes à relação constituída. Ao contrário sensu, o inadimplemento consiste na inexecução da obrigação, "a significar pura e simplesmente que a prestação não é realizada tal como era devida" (TELLES, 1983, p.260).

Nesta seara, importante pontuar a diferenciação entre o inadimplemento absoluto e ou traduzir-se em simples mora, eis que essa se reflete na própria maneira pela qual se dará a tutela dos interesses da parte lesada, nas lições de Agostinho Alvim:

> Dá se o inadimplemento absoluto quando a obrigação não foi cumprida, nem poderá sê-lo, como no caso de perecimento do objeto, por culpa do devedor. Mais precisamente, quando não mais subsiste para o credor a possibilidade de receber. Haverá mora, no caso em que a obrigação não tenha sido cumprida no lugar, no tempo, ou na forma convencionado subsistindo, em todo o caso, a possibilidade de cumprimento (ALVIM, 1980, p.15).

Diante disso, entende-se como inadimplemento, o não cumprimento da prestação que lhe é devida, quando aquela obrigação não puder mais ser cumprida, ou, poderá consistir na simples mora, no caso em que a prestação não é realizada no tempo, lugar ou forma pactuados, mas ainda há possibilidade de cumprimento desta obrigação.

Feitos os esclarecimentos acerca do inadimplemento, busca-se sua análise perante os contratos coligados, isto é, como interpretá-los e identificar os seus efeitos na cadeia coligada.

A respeito da interpretação dos contratos coligados, Francisco Marino defende a necessidade de interpretá-los de maneira global, isto é, de analisá-los de forma conjunta, em razão de serem contratos interligados entre si, embora cada qual possua sua individualidade (MARINO, 2009, p.148).

Por seu turno, Neimar Batista e Ana Rosa Amorim adotam o método lógico sistêmico para interpretação dos contratos coligados, ao buscarem a análise de cada contrato de forma unitária e relacionarem todas as relações jurídicas

perante o complexo constituído; em suas palavras:

> O método interpretativo a ser adotado para interpretações de contratos coligados é um método lógico-sistemático por excelência, visto que a exigência de coerência interna e o afastamento de contradições conduzem a uma análise lógica e a necessidade de cotejo das disposições contratuais e destas com a legislação leva a uma análise sistemática. Não basta apenas buscar a coerência interna: é preciso ainda que essas disposições se harmonizem com a dos demais instrumentos contratuais, numa movimentação interpretativa tanto vertical como horizontal (BATISTA; AMORIM, 2019).

Diante disso, a interpretação dos contratos coligados vai além da análise individual de cada negócio jurídico, na medida em que são constituídas diversas relações jurídicas voltadas para o mesmo nexo funcional da coligação. Logo, na hipótese de quebra de um dos contratos, é imperiosa sua análise individual e global.

Exemplificando, ressalte-se interessante decisão do Superior Tribunal de Justiça envolvendo a coligação entre o contrato de compra e venda e prestação de serviço com consumidor; e o financiamento celebrado pela empresa com a instituição financeira. No caso, a empresa teria entregado ao consumidor um produto que veio a apresentar vícios, motivo pelo qual, este ajuizou demanda em face da empresa e da instituição financeira.

Em decisão, a Corte Superior entendeu que o inadimplemento teria prejudicado diretamente o nexo finalístico da cadeia coligada e, considerando a importância do contrato de financiamento como forma de incremento àquela atividade empresarial, decidiu pela responsabilização civil da instituição financeira (STJ, 2018).

Outrossim, Rodrigo Xavier Leonardo, ao tratar da propagação das ineficácias, ilustra caso semelhante de rescisão contratual provocada por vícios redibitórios em contratos de compra e venda, constatando a propagação de efeitos aos demais contratos coligados, em especial, ao próprio contrato de financiamento celebrado justamente para aquisição de bem (LEONARDO, 2013, p.22).

Portanto, à luz das características da coligação contratual e das teorias acerca de sua adequada interpretação, infere-se a necessidade de analisá-los em conjunto, para, assim, identificar se o inadimplemento de um implicou em efeitos aos demais, podendo sim afetá-los, a depender do sucesso ou não do objeto principal da coligação.

IV. APLICAÇÃO DA CLÁUSULA *CROSS DEFAULT* NOS CONTRATOS COLIGADOS

A partir da noção de contratos coligados, o trabalho passa a abordar a cláusula croos default e sua aplicação nestes negócios jurídicos. Neste sentido, segundo Joana Dias, tal cláusula tem a função de declarar ao credor a possibilidade de exigir o vencimento antecipado do empréstimo, em caso de descumprimento de outros empréstimos celebrados (DIAS, p.207).

Para Bruno Ferreira, a tradução "incumprimento cruzado" pode ensejar confusão, uma vez que "podem estar aqui incluídas situações de fato que não dependam de uma imputação ao devedor", sendo preferível referir-se à "falha cruzada" (FERREIRA, 2011, p. 222).

Nesta esteira, Adriana Giffoni atribui o termo falha cruzada ao conceituar cláusulas que identificam a falha do contratante desde o momento em que houver o descumprimento às demais relações jurídicas; em suas palavras:

> A expressão cross default é proveniente da língua inglesa e significa "falha cruzada". No meio financeiro refere-se àquelas cláusulas presentes em contratos que determinam que o devedor estará em situação de falha (default) no contrato em questão toda vez que deixar de cumprir quaisquer outras obrigações em outros contratos (GIFFONI, 2001, p.148).

Além disso, é oportuno ressaltar o interessante papel desta cláusula como a plena capacidade de interligar os distintos compromissos e, ao mesmo tempo, vir a mitigar o princípio da relatividade contratual, consoante Almeida Costa assevera:

> O que chama a atenção no caso da cláusula cross default é que suas estipulações acerca da perda do benefício do prazo, por terem a capacidade de interligarem distintos

> compromissos, firmados em outras relações jurídicas, impõe um regime que ultrapassa as fronteiras da relatividade contratual (COSTA, 1983, p.1260).

Nessa ideia da mitigação do princípio da relatividade é que se identificam os contratos coligados, pois o inadimplemento de um dos contratos poderá influenciar diretamente os demais pertencentes ao complexo coligado.

Diante desta mitigação, faz-se possível identificar que uma das consequências do default de um dos contratos virá a se propagar perante a cadeia construída, consoante bem exarado por Fernando Pessoa Jorge, o qual nomina este fenômeno como o domínio effect e o "rastilho de pólvora bastante para atribuir a todos os demais credores beneficiários de uma cláusula cross default direito similar" (JORGE, p.41).

Para Bruno Sbrissia, a razão constante da presença da referida cláusula nos contratos de financiamento não seria jurídica, mas sim prática, no sentido de assegurar o adimplemento do negócio; consoante leciona:

> ...mesmo estando geralmente perante um devedor forte, o credor quer assegurar-se que o mutuário entende a dimensão do negócio e as consequências do seu incumprimento, incluindo então cláusulas como estas de modo a "assustar" o devedor ao cumprimento pontual da obrigação (SBRISSIA,2020).

Por fim, o aludido autor conclui que sua aplicação é efetivamente como reforço de garantia, mas também há a possibilidade de que sua generalização implique em graves consequências ao mutuário, em especial, no efeito dominó dos contratos celebrados pelo devedor. (SBRISSIA, 2020).

Sobre o denominado efeito dominó, ressalte-se a lição de Ulrich Eder, o qual sustenta que a ausência de gerenciamento de aludida cláusula pelo devedor poderá culminar em uma situação extremamente delicada perante suas obrigações:

> Os devedores corporativos que não tenham estratégia clara e consistente para negociar, aceitar e gerenciar cláusulas de inadimplemento cruzado irão facilmente ver-se em uma selva de diferentes termos e condições. Isso pode resultar em uma série de ocorrência de inadimplemento cruzado (EDER, 2011).

Por outro lado, há também como verificar a aplicação desta cláusula como uma forma de alocação dos riscos contratuais, em especial, quando se trata de contratos coligados, haja vista que cada contratante assume sua responsabilidade perante a finalidade comum visada.

A respeito desta alocação de riscos, Aline de Miranda Terra e Paula Greco Bandeira identificam sua importância para regulação do fim econômico, vindo a implicar no equilíbrio contratual; em suas palavras:

> A partir da alocação de riscos estabelecida pelas partes, define-se o sinalagma contratual, isto é, a comutatividade ou correspectividade entre as prestações, a qual revela a equação econômica desejada pelos contratantes. Tal equação traduz o equilíbrio intrínseco do concreto negócio e, por isso mesmo, há de ser perseguida pelas partes. Daí afirmar-se que o conceito de risco contratual se relaciona diretamente com o de equilíbrio, tendo em conta que as partes estabelecem negocialmente a repartição dos riscos como forma de definir o equilíbrio do ajuste (BANDEIRA; TERRA, 2015).

Nesse aspecto, as próprias autoras ressaltam a possibilidade de alargamento da responsabilidade dos contratantes, imputando-lhes uma responsabilidade maior do que aquela comumente assumida em determinado tipo contratual, impulsionando, assim, no próprio sinalagma contratual.

Nessa esteira, Eduardo Takemi Kataoka defende que a aplicação da cláusula cross default nos contratos coligados tem o importante papel de redução dos riscos sofridos pelos credores:

> A peculiaridade da cláusula *cross default* está no fato de que o "inadimplemento" eleito como condição resolutiva não está no contrato onde está a cláusula, mas sim em outro, o que funciona, [...] para reduzir o risco sofrido por um dos credores envolvidos na operação econômica considerada do ponto de vista global ou mesmo para garantir resultados adequados do ponto de vista negocial (KATAOKA, 2008, p.108).

Assim, considerando que a referida cláusula possibilita ao credor exigir o vencimento antecipado dos contratos mediante o descumprimento das obrigações contratuais de

um dos negócios coligados, a sua aplicação poderá servir como meio de redução de risco ao qual o credor está exposto frente ao devedor.

Deste modo, a inserção da cláusula implicará maior segurança ao contratante, em especial, no que tange aos contratos de financiamentos, nos quais é possível verificar uma redução significativa de riscos para o credor de recuperação do seu crédito.

Diante disso, a cláusula cross default serve como forma de responsabilização do contrato pelo descumprimento de um dos contratos, vindo a acarretar o vencimento de todos os demais contratos, em efeito denominado “dominó” pela doutrina.

Do mesmo modo, a aplicação da referida cláusula assume importante papel como meio de gestão de riscos e garantia de maior segurança ao contratante lesado pelo descumprimento contratual, vindo a implicar em maior segurança jurídica e, ainda, em relevantes efeitos na coligação contratual.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, o estudo se norteou na identificação dos contratos coligados e suas características fundamentais, com esboço nos elementos constitutivos destas relações, visando, por conseguinte, analisar a cláusula cross default e sua aplicação nos contratos coligados.

Nessa senda, o trabalho apresenta exemplos práticos de contratos coligados, com intuito de compreender sua formação e consequências no mundo jurídico. A partir daí, buscou se estudar a responsabilidade civil nos contratos coligados, através dos conceitos de responsabilidade contratual e extracontratual, vindo a concluir que os participantes de cada um dos contratos possuem vínculo com os demais, na medida em que cada relação jurídica se volta para a efetivação do fim visado pela cadeia coligada, o que implica na configuração de responsabilidade contratual na hipótese de quebra de um dos contratos; sendo que este se adequa como o melhor instituto para tratamento de aludidas relações.

Além disso, o estudo tratou do inadimplemento dos contratos coligados, visando identificar o efeito do inadimplemento de um dos contratos perante aos demais, apresentando-se que a melhor forma de tratá-los consiste na análise individual de cada contrato, mas também da sua importância em conjunto com todos os contratos e, assim, demonstrando que o inadimplemento poderá sim afetar as outras relações jurídicas, desde que comprovados os seus efeitos diante da impossibilidade de alcançar o fim visado pela cadeia coligada.

Nessa esteira, o artigo se voltou ao estudo da aplicação da cláusula cross default nos contratos coligados, mediante a análise do seu conceito e da elucidação de entendimentos contrários à sua aplicação, bem como daqueles que sustentam tratar-se de medida cabível e benéfica aos contratos.

A partir do estudo, se verificou que a aplicação desta cláusula poderá prejudicar os direitos do contratante inadimplido, em razão do inadimplemento antecipado de diversos contratos de uma só vez. Por outro lado, também se constatou a importância desta cláusula para os contratos coligados, pois tem a função de gerenciadora de risco e garantidora de segurança, ao promove maior cuidado aos contratantes, cooperando, deste modo, para a realização do fim visado pela cadeia coligada.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

AMORIM, Fernando de Souza; Santos, Paulo Marcio Reis. Responsabilidade civil nos contratos coligados. *In*: **Direito civil contemporâneo I**. Florianópolis: CONPEDI, 2020.

ASSIS, Araken de. **Resolução do contrato por inadimplemento**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BANDEIRA, Paula; TERRA, Aline. A cláusula resolutiva expressa e o contrato incompleto como instrumento de gestão de risco dos contratos. *In*: **Revista do Instituto brasileiro de Direito Civil**. vol.06.out/dez/2015. Disponível em <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br>. Acesso em abril de 2021

BATISTA, Neimar; AMORIM, Ana Rosa. Os contratos coligados e sua sistemática interpretativa. In: **Anais do VIII Combradec**.vol.1. n. 28. Curitiba: 2019. Disponível:<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3419/371371849>. Acesso em abril de 2021.

BOTREL, Sérgio. Leveraged Buyouts (LBOs) sob a ótica do Direito brasileiro. In: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique (coord.). **Finanças Corporativas:** aspectos jurídicos e estratégicos. São Paulo: GEN/Atlas, 2016.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. In: **Polis enciclopédia verbo da sociedade**, vol 1, Lisboa: Verbo, 1983.

DIAS, Joana Forte Pereira. Contributo para o estudo dos actuais paradigmas das cláusulas de garantia e/ou segurança: pari passu, a negative pledge e a *cross default*. In: **Estudos em homenagem ao professor doutor Inocêncio**. CORDEIRO, António Menezes et. al. (coord.). Coimbra: Almedina, 2003.

DIEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**: Las relaciones obligatorias, vol. 2. 4. ed. Madrid: Editorial Civitas, 1993.

EDER, Ulrich. **Elaboração Moderna de Cláusulas de Inadimplemento Cruzado.** 09/06/2011. Disponível em: https://www.slideshare.net/u21e/cruzado-8265567. Acesso em abril de 2021.

FERREIRA, Bruno. **Contratos de crédito bancário e exigibilidade antecipada**. Coimbra: Almedina, 2011.

GIFFONI, Adriana. As cláusulas "*cross default*" em contratos financeiros. In: **Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro**. vol. 40, n.º. 121. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

KATAOKA, Eduardo Takemi. **A coligação contratual.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KONDER, Carlos Nelson. **Contratos conexos:** Grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

JORGE, Fernando Pessoa. A garantia contratual da igualdade dos credores nos empréstimos internacionais. Separata da Comemoração do XX aniversário, Centro de Estudos Fiscais, Lisboa, 1983.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Os contratos coligados. In: BRANDELLI, Leonardo. **Estudos em homenagem à Professora Véra Maria Jacob de Fradera**. Porto Alegre: Lejus, 2013.

_____, Rodrigo Xavier. **Redes contratuais no mercado habitacional**. São Paulo: RT, 2003.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva. 2009.

MARTINS-COSTA, Judith. **Comentários ao novo Código Civil:** volume 5, tomo 1: do direito das obrigações, do adimplemento e da extinção das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

NICOLÒ, Rosario. **Deposito in funzione di garenzia e inadempimento del depositário**. Il foro italiano, 1936.

SBRISSIA, Henrique. A cláusula *cross default* na perspectiva da análise econômica do direito. In: **Revista Jurídica Luso Brasileira**. 2020.n.03. Disponível em <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/3/2020_03_0897_0941.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

SILVA, Clóvis V. Couto e. **A obrigação como um processo**. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, **REsp nº 337.040/AM**. Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar. Quarta turma, data de julgado 02/05/2002, data de publicação 01/07/2002. Consultado em: 18 jul. 2018. Disponível em < https://scon.stj.jus.br> Acesso em dezembro de 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 8. ed. São Paulo: Método, 2018.

SAÚDE MENTAL DE FILHOS DE PAIS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DEPRESSIVO: O PAPEL DO PSICÓLOGO

Luciane dos Santos Bertunes
Graduada em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra
lucianebertunes@gmail.com

Taynan Filipini Bonini
Psicóloga e Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho. Docente do curso de Psicologia na Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra
taynan.bonini@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho consiste em uma revisão bibliográfica que buscou compreender como a convivência de pais com transtorno depressivo influencia no comportamento do dia a dia de seus filhos. Para tanto, buscou-se descrever qual o comportamento dos pais mais pode afetar os filhos, discorrer como os filhos podem ser afetados pelo declínio da saúde mental dos pais e possíveis consequências sofridas, além de destacar como orientação psicológica pode contribuir nesses casos. Assim, realizou-se uma revisão que considerou trabalhos publicados nos últimos 20 anos. Considera-se ainda, a apresentação de conceitos, definições e sintomatologia da depressão, bem como a relação familiar e aspectos observados na relação com um familiar depressivo. Para esse fim, serão consideradas obras que investigam o desenvolvimento de crianças com pais com transtorno depressivo, além de estudos sobre a influência da família no desenvolvimento dos sintomas depressivos dos filhos. Os resultados deste estudo apontam para a importância de ações preventivas, da intervenção precoce e da atuação do psicólogo nesse contexto.

***Palavras-chave**: Transtorno depressivo. Relações familiares. Psicologia infantil.*

ABSTRACT

This present work consists in a bibliographical revision aiming to comprehend how the coexistence between parents diagnosed with depression disorders and their children influence the latter's behavior in their daily lives. For such, attempts to describe what specific behavior being exerted by the parents could affect their children the most, discussing how children can be affected by the former's decline in mental health and possible consequences suffered. Additionally, a bibliographical revision was done, considering relevant works published in the last 20 years. The presentation of concepts, definitions and depression symptomatology of depressive disorders, as well as family relationships and observed aspects in the relationship with a depressive relative were considered. In order to achieve these ends, pertinent works that investigate the development of children with parents diagnosed with depressive disorders complemented with studies about the influence that the family exerts on the development of depressive disorder symptoms in children were considered. The results of this study points to the importance of preventative actions, early intervention and the approach of the psychologist in this context.

***Keywords:** Depression disorder. Familial relationships. Child psychology.*

INTRODUÇÃO

A depressão tem afetado cada vez mais pessoas em todo o mundo. Segundo dados recentes da Organização Panamericana de Saúde - OPAS, cerca de 300 milhões de pessoas sofrem de depressão em todo o mundo e em torno de 800 mil mortes ocorrem por suicídio a cada ano. A OPAS oferece outro dado alarmante: a depressão é a segunda principal causa de morte entre pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Segundo a Martins (2022), o Brasil é o país com a maior prevalência de Depressão na América Latina, sendo esta a principal causa de incapacidade em todo o mundo, pois os sintomas variam em isolamento social, perda de prazer nas atividades, tristeza excessiva e incapacitante, sonolência, chegando a comprometer os cuidado básicos de higiene pessoal e do ambiente, sintomas que influenciam a vida de toda a família.

A depressão é uma considerada um transtorno de ordem emocional e física, capaz de alterar o humor de forma significativa, causando irritabilidade, angústia, apatia, insônia ou sonolência excessiva, cansaço, pessimismo, baixa auto-estima, ideias frequentes de culpa, crises de choro, percepção negativa da realidade, diminuição da capacidade de sentir-se alegre ou motivado, dores diversas, entre outros. De acordo com Silva (2016), a cognição também é afetada, a memória, atenção e concentração se tornam mais difíceis, bem como funções fisiológicas como sono e fome também sofrem alterações, há uma diminuição da libido e da sensação de prazer.

Conforme Del Porto (1999), sentimento de tristeza e recolhimento são comuns e constituem-se como uma resposta humana a situações difíceis, decepcionantes ou de lutos e perdas. No entanto, de forma geral a tristeza é um sinal de atenção por parte das outras pessoas, principalmente quando se estende por um longo tempo. Do ponto de vista de definição da palavra, a depressão pode ser compreendida como sintoma de outras doenças, como síndrome, ou seja, um conjunto de sinais e sintomas e também como doença. O autor esclarece que “enquanto *doença*, a depressão tem sido classificada de várias formas, na dependência do período histórico, da preferência dos autores e do ponto de vista adotado” (DEL PORTO, 1999, p. 6).

Atualmente, a depressão é entendida como uma doença multifatorial, que abrange dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Do ponto de vista biológico, sabe-se que uma pessoa depressiva tem alterações em diversos neurotransmissores: serotonina (5HT), dopamina (DA) e noradrenalina (NA). A depressão está classificada como Transtorno de Humor de acordo com o DSM-V, um dos critérios diagnósticos de Transtorno Depressivo é a prevalência dos sintomas por mais de duas semanas. É importante ressaltar que quando nos referimos a depressão não estamos falando de pessoas com tristezas momentâneas, mas sim aquelas pessoas que os sintomas refletem de forma brusca, prejudicando suas vidas (APA, 2014; SILVA, 2016).

Campanhas de prevenção e conscientização, como o Setembro Amarelo, têm sido adotadas por empresas, governos, grandes mídias e redes sociais como forma de enfrentamento e redução dos casos de suicídio. Essas ações buscam encorajar as pessoas a procurar ajuda de entes próximos e profissionais e também orientar as pessoas de forma geral a acolher e ajudar pessoas próximas que apresentam sintomas. No entanto,

observa-se que essas campanhas tendem a ser sazonais e o tópico acaba sendo deixado de lado nos outros meses do ano. É importante que se fale a respeito do âmbito mais íntimo e diário da depressão. Portanto, este estudo torna-se relevante à medida que se propõe a explorar a complexidade do assunto e proporcionando informações necessárias e norteadoras para aqueles que buscam mais sobre o tema.

A DEPRESSÃO EM PAIS E MÃES

Nas famílias, os pais têm um papel crucial e de responsabilidade na vida dos filhos, nos mais diversos aspectos: orientação, educação, cuidados básicos e convivência diária. Quando, na família, um dos pais - ou ambos - enfrenta a depressão, invariavelmente, há uma mudança no comportamento que pode afetar os cuidados supracitados e consequentemente o desenvolvimento saudável das crianças.

Em termos estatísticos, observa-se que a depressão é mais recorrente em mulheres do que homens. Essa condição pode ser explicada por diferenças fisiológicas e principalmente, hormonais, assim como questões mais comunitárias como papel social, escolaridade, renda e outros (GONÇALVES *et al*, 2018). Um dos fatores que contribuem para essa estatística, embora não seja o único, é a depressão enfrentada no puerpério: a depressão pós-parto.

De forma geral, a gestação tem um impacto no corpo e no psicológico da mulher. Seja pelo próprio gestar, ou seja, alterações físicas e hormonais, quanto pelo aspecto social e de responsabilidade atribuído à mulher na maternidade. Estudos buscam compreender as causas da depressão pós-parto apontam para uma junção de fatores como idade, fatores sociais, biológicos e econômicos podem contribuir para que probabilidade de uma depressão pós-parto (LOBATO, MORAIS e REICHENHEIM, 2011). Santana *et al* (2022, p. 2) definem a depressão pós-parto como uma “doença multifatorial e subdiagnosticada”. Em revisão de literatura, os autores analisam os principais fatores de risco encontrados em dezoito estudos realizados em diversas partes do Brasil: baixa escolaridade, tanto das mães quanto dos pais; renda social mais baixa, aspecto que influencia diretamente a qualidade de vida e acesso de forma geral à informação, saúde, entretenimento e oportunidades; residir com o companheiro, considerando-se ausência do mesmo ou presença conflituosa como fatores contribuintes para o desenvolvimento de depressão pós-parto; cor da pele; planejamento familiar; observa-se que a gravidez planejada configura um fator protetivo em alguns casos, enquanto a gravidez não planejada pode despertar sentimentos de raiva e rejeição; multiparidade - observa-se um estresse maior no ato de maternar quando a mulher que já tem outros filhos.

A estrutura das famílias tem se modificado ao longo dos anos, observa-se cada vez mais, uma maior participação e engajamento dos pais na rotina diária. É comum que casais utilizem o termo “estamos grávidos” para comunicar aos familiares e amigos sobre a gestação. Esses dizeres traduzem a iniciativa de incluir o pai em toda a gestação. No entanto, essa não é a realidade de todas as famílias, autores argumentam que historicamente, o envolvimento dos homens com os cuidados do dia a dia eram menores, quando comparado ao engajamento materno; este fato pode ser observado na diferença de período das licenças maternidade e paternidade, de 120 dias e 20 dias, respectivamente. Outro fator importante apontado, é que os pais

têm o contato mais tardio com o com filho, enquanto a mãe tem contato já durante a gestação os pais tendem a ter essa experiência após o nascimento do bebê (SILVA, 2007).

Geralmente, o número de casos de pais com depressão após a chegada da criança até os primeiros meses de vida é bem menor do que os de mães, o que não significa que a saúde mental dos pais não chame atenção, principalmente daqueles dos quais as parceiras já possuem a depressão pós-parto, conforme alerta Lobato, Morais e Reichenheim (2011, p. 370):

> Os cônjuges de mulheres com DPP parecem também mais susceptíveis a desenvolver quadros clínicos de depressão, favorecendo o aparecimento ou agravamento dos conflitos conjugais, e seus filhos mostram-se mais propensos a atraso no desenvolvimento cognitivo e social, distúrbios do sono, doenças diarréicas, distúrbios nutricionais e atraso no crescimento.

O pós-parto não é o único período em que os pais podem desenvolver a depressão. Há relatos em que pais desenvolvem a depressão com os filhos na adolescência, fase do desenvolvimento marcado pela rebeldia, oposição e questionamentos. Há ainda, os casos com os filhos já na vida adulta, quando se tornam independentes e mudam-se de casa, deixando seus progenitores com a sensação de solidão, adoecimento que pode ser agravado pelo avançar da idade, aposentadoria e sensação de inutilidade. Esse fenômeno é chamado de Síndrome do ninho vazio. Após revisão de literatura sobre o tema, Fonseca *et al* (2022) concluem que a processo de esvaziamento do ninho é uma fase presente no desenvolvimento das famílias e não é incomum que os pais lidam bem ela, há estudos que demonstram que não são raras as famílias que veem proveito na saída dos filhos, relatando diminuição de tarefas domésticas, aumento da renda ou do tempo livre, maior aproveitamento da vida conjugal. Menciona-se ainda que a cultura (micro e macro) tem grande influência sobre como a família enfrenta esse acontecimento, além da questão do suporte familiar e social que esses progenitores podem contar, assim como a idade e companhia. No oposto dessa perspectiva, há aqueles casais que de fato se sentem abalados pela nova configuração de vida. Para estes casos, os autores apontam: "Nessa fase, são observados sinais de depressão, dependência e desestruturação familiar, que são gerados como consequência do sofrimento e não aceitação, assim como a perda do papel da função parental com a saída dos filhos da casa dos pais" (FONSECA *et al*, 2020, p. 33).

Outro aspecto a ser observado é que o esvaziamento do ninho tende a afetar mais as mães, principalmente as que não exercem outras atividades e/ou não encontram satisfação conjugal:

> "... em culturas em que as pessoas se dedicam exclusivamente à criação dos filhos, observou-se que ainda existem sofrimento e sentimento de solidão, que podem estar associados ao desenvolvimento de quadros depressivos e alcoolismo" (FONSECA et al, 2020, p. 34).

Virgolino *et al* (2013) já alertavam para o fato de como a síndrome do ninho vazio é uma questão social, alertando para a necessidade de novas estratégias e maior atenção na criação e consolidação de redes de apoio para prevenção e preservação da qualidade de vida de casais idosos.

Sobre outra perspectiva, autores também abordam o prolongamento da presença dos filhos na casa dos pais. Muitas são as motivações apontadas: investimento na carreira e nos estudos,

composição de renda, adiamento do casamento, flexibilização das regras sociais, relação horizontalizada entre pais e filhos, exaltação da juventude como também dependência emocional e preocupação com a situação dos pais. De acordo com o estudo que realizaram, Féres-Carneiro, Henriques e Jablonski (2004, p. 25-26), citam:

> Em nossa breve análise também pudemos perceber o quanto a questão da separação da família é atravessada pela preocupação com o destino da relação do casal parental. Encontramos esse temor tanto nas falas de alguns pais quanto nas de alguns filhos. Certamente, a experiência do "ninho vazio" é um fator de grande carga emocional para a família, sobretudo quando existe uma perspectiva de estagnação na relação ou quando o vínculo conjugal se mostra fragilizado. A partir dessa realidade, os filhos podem assumir o papel de "guardiões" da relação dos pais, e os pais podem "agarrar-se aos filhos como uma forma de evitar o enfrentamento da nova condição do casal".

O papel de guardião dos pais pode ser vivido pelos filhos em diversas fases da vida, deixando de buscar objetivos pessoais em razão do cuidado familiar. Outra causa desse fenômeno podem ser as próprias questões psíquicas: dependência emocional dos pais, mesmo na fase adulta, diagnóstico de transtorno depressivo ou outras patologias seriam fatores impeditivos.

Por fim, há de se ressaltar que o modelo estrutural familiar torna-se um modelo a ser seguido. Como nos explicam Pratta e Santos (2007, p. 252) “no âmbito familiar, o indivíduo vai passar por uma série de experiências genuínas em termos de afeto, dor, medo, raiva e inúmeras outras emoções, o que possibilita um aprendizado essencial para a sua atuação futura”. Já Lemos, Baptista e Carneiro (2011) exploram a temática sob a perspectiva do papel do suporte familiar; os autores salientam que...

> “...estudos mostram que jovens depressivos e dotados de pensamentos disfuncionais podem ter herdado dos pais, por intermédio de processos de aprendizagem, como modelagem e modelação, formas específicas de avaliarem as situações cotidianas e de se auto avaliarem de forma negativa” (LEMOS, BAPTISTA E CARNEIRO, 2011, p. 26).

Os autores defendem ainda, que o suporte familiar se revela inversamente proporcional aos escores de sintomas depressivos observados em jovens.

Seja em qualquer fase do quadro depressivo, ou em qualquer dos pais, o mais importante nesse momento é se atentar aos sinais e contar com uma rede de apoio para que o problema seja identificado o mais breve possível e para que o tratamento seja adequado. O apoio social é muito importante para a saúde mental e para se enfrentar momentos estressantes, além de contribuir para adequar o comportamento entre a mãe e o filho. (MORAIS *et al*, 2016)

O planejamento e o apoio entre as partes envolvidas durante todo o processo é fundamental para que os danos sejam os mínimos possíveis para toda a família, pois a depressão em um membro da família requer cuidados e atenção e muda a rotina de toda a família, principalmente quando envolve crianças e adolescentes, pois estes são dependentes de um adulto para se espelhar. É importante estar atento aos sinais mínimos e buscar sempre uma orientação profissional.

OS FILHOS E A DEPRESSÃO DOS PAIS

O desenvolvimento saudável de uma pessoa é diretamente proporcional à qualidade de seu ambiente, tanto no sentido de cuidado quanto o da convivência. Diversos autores focalizam o quanto as primeiras experiências da convivência familiar são salutares para a boa socialização e construção identitária. Além disso, famílias emocionalmente instáveis costumam negligenciar os cuidados necessários em comparação a famílias mais estáveis. (TEODORO *et al*, 2009; CALDERARO e CARVALHO, 2005; GOMES *et al*, 2016)

Segundo Cruvinel e Boruchovitch (2009) o ambiente familiar da criança tem um importante papel nas pesquisas em relação à depressão na infância. É apontado ainda que as crianças que convivem com mães com transtorno depressivo apresentam um comportamento mais introspectivo.

Em uma depressão pós-parto, por exemplo, em casos muito graves há rejeição da mãe para com o neonato, e ambos ficam privados de contatos essenciais como a amamentação, do vínculo mãe-bebê e isso pode impactar o desenvolvimento saudável do recém-nascido. Dentre os riscos para uma criança que advêm da depressão materna estão inclusos a herança genética, mecanismos disfuncionais neurorregulatórios, além da exposição do bebê a comportamentos, cognições e afetos negativos da mãe (SILVA, 2009).

Schwenck *et al* (2020) dissertam sobre a relação entre saúde mental de mães e de seus filhos. Os autores apontam que:

> Filhos de pais com doenças mentais (FDPCDM) enfrentam múltiplos estressores psicológicos, biológicos e sociais que aumentam seu risco pessoal para o desenvolvimento de transtornos mentais. Consequentemente, a prevalência ao longo da vida de transtornos mentais em FDPCDM é significativamente elevada. Além disso, essas crianças correm o risco de desvantagens gerais e específicas de desenvolvimento (SCHWENCK, *et al*. 2020, p 2).

Os riscos apontados pelos autores também são abordado por Bahls (2002), que alerta para o fato de que crianças e adolescentes com histórico de transtorno na família têm três vezes mais chance de desenvolver depressão. Outro ponto de alerta é que muitos dos casos de depressão infantil passam despercebidos por seus sintomas serem confundidos por déficit de atenção, hiperatividade, tristeza ou medo, baixo rendimento escolar, entre outros. (CALDERARO; CARVALHO, 2005)

Os critérios e os sintomas para o diagnóstico de depressão em crianças e adolescentes são os mesmos dos adultos.

Frequentemente, o baixo rendimento escolar é um dos primeiros sinais de um quadro depressivo. As atividades escolares requisitam a participação ativa dos estudantes e da família. O acompanhamento dos pais nas atividades escolares tem potencial motivador, podendo tornar-se um fator desinteresse se a família não se engajar. É importante ressaltar que nem todos os casos de baixo rendimento escolar é sinal de depressão, existem vários outros motivos que também levam a criança a ter uma queda no seu aprendizado. Além disso, a interação entre a escola e a família é de suma importância para o apoio ao desenvolvimento infantil e para formar a rede de apoio necessária para sua formação. (BARBOSA E LUCENA, 1995; COSTA, 2012)

Outra condição que incide sobre filhos de pais depressivos é o que muitos tendem a se sentir responsáveis pela

família, assumindo tarefas domésticas, o cuidado de outros membros da família e até mesmo tornar-se provedor financeiro. O filho também pode se sentir envergonhado pelo pai ou mãe depressivo e evitam falar sobre isso com outras pessoas e preferindo não pedir ajuda por não saber ao certo o que está acontecendo. Isso pode acarretar o afastamento de vida social saudável pertinente a faixa etária do filho, pois eles tendem a evitar chamar amigos para casa ou interagir com outros adultos sobre seu momento difícil. (SCHWENCK, CHRISTIANSEN & GOETZ, 2020)

O meio em que a criança se desenvolve é muito importante para que ela possa ter um crescimento saudável em todos os sentidos. Além de familiares e responsáveis, a escola e qualquer outro convívio social deve ficar atento aos sinais passados pela criança ou adolescente, para que eles possam se sentir seguros, ter uma rede de apoio e para que sejam orientados de forma correta a buscarem ajuda, desmistificando qualquer pré-conceito que tenham sobre a depressão.

O PAPEL DO PSICÓLOGO

O atendimento psicológico é um dos tratamentos recomendados para os casos de depressão. O tratamento pode conter mudanças de hábitos, sessões individuais e com os familiares, identificações de pensamentos distorcidos e informações importantes para que o paciente possa saber o que ocorre com o seu corpo em estado depressivo. (SCHESTATSKY e FLECK, 1999)

Cada atendimento é direcionado de acordo com o paciente e suas necessidades, o psicólogo direciona a sessão com o intuito de que o paciente possa expressar suas angústias, medos, sentimentos, pensamentos e incômodos.

De acordo com Souza (1999) as intervenções psicoterapêuticas podem ser realizadas de diferentes formas, como a psicoterapia breve, terapia breve, psicoterapia interpessoal, terapia familiar, de casal ou em grupo, terapias comportamentais e cognitivas.

É importante afirmar que a psicoterapia é um ambiente de acolhimento, onde o psicólogo realiza uma escuta ativa e não violenta, ou seja, livre de julgamentos ou preconceitos, o paciente é livre para se expressar e é respaldado pelo sigilo psicológico. É nesse primeiro contato que psicólogo e paciente podem criar um vínculo terapêutico, esse vínculo é de suma importância para que o tratamento seja eficaz e haja entre eles a confiança necessária para avançar nas etapas de tratamento. Sonneborn e Werba (2013) definem bem a postura do psicólogo:

> Acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. (SONNEBORN; WERBA, 2013, p.7)

Nesse cenário o atendimento psicológico é fundamental tanto para a mãe ou o pai que possui a depressão quanto para a criança que está sendo afetada negativamente por essa convivência. De acordo com Hafemeister e Meinhardt (2002), quanto mais precoce a busca pelo atendimento psicológico, maiores são as chances de conter a evolução e as consequências causadas pelo transtorno depressivo. A atuação do psicólogo é orientada por estudos com embasamento científico, norteados pela abordagem que esse profissional escolheu, regida pelo Código de Ética da profissão e fiscalizado pelos órgãos reguladores - os Conselhos Federal e

Regional de Psicologia, o que demonstra a seriedade e o compromisso do psicólogo no exercício de sua profissão. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005)

É indicado que o tratamento seja iniciado pelos pais, pois da mesma forma que seu adoecimento afetou negativamente a vida dos filhos, a sua melhora deve acarretar uma mudança positiva para os filhos. “Estudos longitudinais sobre ansiedade e depressão dos pais mostram efeitos heterogêneos do tratamento dos pais nos sintomas das crianças”. (SCHWENCK, CHRISTIANSEN, GOETZ, 2020 p. 13)

Embora na prática, observa-se que muitas vezes os filhos, por serem mais sensíveis ao ambiente, manifestam o adoecimento familiar e, por atuação e indicação de outros contextos em que está inserido, como por exemplo a escola, acabam sendo indicados ao tratamento antes dos pais.

Com o intuito de evitar a depressão pós-parto, alguns hospitais adotam como rotina médica o acompanhamento psicológico das mães durante a gestação e após o parto, ouvindo suas dificuldades com relação a todas as mudanças ocorridas durante esse período e os anseios que envolvem para a chegada do bebê.

Crepaldi e Moraes (2011) trazem em sua pesquisa que durante o puerpério, vários são os conflitos psicológicos que podem ser vivenciados pela mulher, como o vazio de não possuir seu filho dentro dela. Através do acompanhamento psicológico essas mulheres se sentem acolhidas de forma a compreender o momento que estão passando e através de grupos terapêuticos elas podem compartilhar experiências que irão ajudar no seu cotidiano. Essa questão é corroborada por Lugli (2020), que defende que:

> O resultado esperado nesse trabalho é diminuir a Depressão Pós Parto realizando um bom acolhimento, conhecer a história familiar, desenvolver reuniões familiares, orientar sobre os desafios da gravidez e os cuidados com o RN, criar laços de afeto e companheirismo com o parceiro e ou atividade física, cuidar da alimentação, orientar e incentivar a ter hábitos saudáveis (LUGLI, 2020, p. 8).

Quanto a crianças e adolescentes o atendimento ocorre de forma mais lúdica e interativa, com realização de dinâmicas, desenhos, jogos e brincadeiras que possibilitam o manejo dos conteúdos que na maioria dos casos não se tem recursos para tratá-lo verbalmente. É da rotina do psicólogo infantil conhecer e ter contato frequente com os ambientes que integram a vida do seu atendido, visitando a escola e qualquer outro local que seja importante para eles.

Outra técnica utilizada nesses casos que mostra muita eficácia é a Intervenção em Conversa em Família (FTI), composta por oito sessões que tem como principal objetivo o acompanhamento da família, informando, orientando e promovendo conversas a respeito dos sintomas. Essa técnica se demonstra importante, pois, além de diminuir os sintomas do transtorno dos pais, reduz os sentimentos de vergonha, culpa e raiva das crianças. (SCHWENCK, CHRISTIANSEN e GOETZ, 2020)

É importante salientar que a cada caso necessita de avaliação para que se possa definir a melhor intervenção. Lembrando que o tratamento de qualquer patologia é multidisciplinar. A individualidade do paciente deve ser respeitada, pois é fundamental em qualquer tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados, análises e reflexões dos estudos observa-se que a depressão é um transtorno que acarreta inúmeras consequências. Os casos de depressão em mães e pais são bem mais comuns do que se imaginam, sendo que as mulheres são mais propensas por diversos fatores.

A depressão é uma doença multifatorial. No caso da depressão pós-parto, a variação nos níveis hormonais, a mudança intensa do corpo, assim como o estresse da vida pessoal, social e conjugal podem ser algumas das causas. A depressão pós-parto traz além dos sintomas para a mulher que se torna mãe e para o bebê, pois as mães possuem muito mais dificuldade de manter o afeto e os cuidados necessários para o desenvolvimento saudável da criança.

Além desses dados, constatou-se que a depressão em uns dos pais também tende a ser um fator de risco que aumenta as chances de o filho desenvolver o transtorno em algum momento da vida. Outras consequências podem ser associadas a esse fator, como o comportamento mais recluso da criança, dificuldades de socialização e baixo rendimento escolar, o que é necessário um estudo mais aprofundado sobre esse quadro.

A psicoterapia é recomendada em todos os casos apresentados, pois possui técnicas adequadas para cada caso. Com isso, é possível afirmar que o psicólogo é de suma importância para um tratamento eficaz do transtorno depressivo, qualquer que seja o familiar acometido pela doença. Além disso, destaca-se a importância de ações preventivas e de intervenções precoce evitando os possíveis agravos na vida de qualquer membro da família.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Artmed Editora, 2014.

BAHLS, Saint Clair; BAHLS, Flávia Rocha Campos. Psicoterapias da depressão na infância e na adolescência. Estudos de Psicologia, v. 20, p. 25-34, 2003.

BAHLS, Saint-Clair. Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes: clinical features. Jornal de pediatria, v. 78, p. 359-366, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução n.º 10/05. Brasília, agosto de 2005.

COSTA, Sónia Marisa Brandão da. Atitudes dos pais e dos professores face à Depressão Infantil. 2012. Tese (Doutorado) - Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo-Motor, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012.

CRUVINEL, Miriam; BORUCHOVITCH, Evely. Sintomas de depressão infantil e ambiente familiar. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23659.

DE MORAES, Maria Helena Cruz; CREPALDI, Maria Aparecida. A clínica da depressão pós-parto. Mudanças - Psicologia da Saúde, v. 19, n. 1-2, p. 61-67, 2012. Disponível: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/3041.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. Jornal Brasileira de Psiquiatria. 1999, v. 21, p. 06-11. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000500003.

DEZIDERIO, Daniele; MILANI, Rute Grossi. As influências da depressão pós-parto na relação mãe-bebê. Anais do VIII EPCC - Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, p. 10-14, 2013.

ÉRES-CARNEIRO, T.; HENRIQUES, C. R.; JABLONSKI, B. A "geração canguru": algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. Revista PSICO, Porto Alegre, v. 2, n. 35, p. 195-205, jan./dez. 2004.

FONSECA, Artur Gimenez et al. Perspectivas Psicossociais da “Síndrome do Ninho Vazio”: Uma Revisão Integrativa. Archives of Health Investigation, v. 11, n. 1, p. 29-37, 2022.

GOMES, Letícia Viana; QUEIROZ, Priscila Souza; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. A influência da família em sintomas depressivos. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2016.

GONÇALVES, Angela Maria Corrêa et al. Prevalência de depressão e fatores associados em mulheres atendidas pela Estratégia de Saúde da Família. Jornal Brasileiro de Psiquiatria. 2018, v. 67, n. 2, p. 101-109. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000192

HAFEMEISTER, Ana Paula; MEINHARDT, Giovani. Desenvolvimento da aprendizagem de crianças com pais com transtorno depressivo. Revista Acadêmica Licencia&acturas, v. 8, n. 1, p. 102-117, 2020. Disponível em: https://ws2.institutoivoti.com.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/174.

IBIAPINA, Flávio Lúcio Pontes et al. Depressão pós-parto: tratamento baseado em evidências. Femina, 2010. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-545655.

LEMOS, Valdir Aquino, BAPTISTA, Makilim Nunes e CARNEIRO, Adriana Munhoz. Suporte familiar, crenças irracionais e sintomatologia depressiva em estudantes universitários. Psicologia: Ciência e Profissão. 2011, v. 31, n. 1, p. 20-29. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100003.

LOBATO, Gustavo; MORAES, Claudia L.; REICHENHEIM, Michael E. Magnitude da depressão pós-parto no Brasil: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 11, p. 369-379, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1519-38292011000400003.

LUGLI, Priscilla Leite Balbuena. A Importância do Acolhimento Materno Para Evitar A Depressão Pós Parto: Proposta De Intervenção Na UBS Parque Paraíso. **Universidade Federal de São Paulo**. 2020.

MARTINS, Fran. Na América Latina, Brasil é o país com maior prevalência de depressão. Ministério da Saúde. 22 Set 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/na-america-latina-brasil-e-o-pais-com-maior-prevalencia-de-depressao.

MORAIS, Adriana Oliveira Dias de Sousa et al. Sintomas depressivos e de ansiedade maternos e prejuízos na relação mãe/filho em uma coorte pré-natal: uma abordagem com modelagem de equações estruturais. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00032016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Depressão. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/depressao.

PRATTA, Elisângela Maria Machado e SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. Psicologia em Estudo. 2007, v. 12, n. 2, p. 247-256. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005.

SANTANA Gabriele Winter, MAURIQUE Luísa de Souza, GOMES Rafael Martins, NORMANDO, Lara Vasconselos, FERRARI Isabella Scalabrini, SUAREZ Carla Sofia Mendivil, MUNIZ Francisco Wilker Mustafa Gomes , SITYÁ Paulo Ricardo Rossi. Prevalência e fatores de risco da depressão pós-parto no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. Debates em Psiquiatria. 2022; v. 12 p. 1-23. Disponível em: https://revistardp.org.br/revista/article/view/376.

SCHESTATSKY, Sidnei; FLECK, Marcelo. Psicoterapia das depressões. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 21, p. 41-47, 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000500007.

SCHWENCK, Christina; CHRISTIANSEN, Hanna; GOETZ, Michal. Filhos De Pais Com Doença Mental (FDPCDM). 2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentes depressivas: as três dimensões da doença do século. Globo Livros, 2016.

SILVA, Milena da Rosa. Paternidade e depressão maternas no contexto de uma psicoterapia breve pais-bebê. 2007.

SONNEBORN, Dulcineia; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Acolher, cuidar e respeitar: contribuição para uma teoria e técnica do acolhimento em saúde mental. Conversas Interdisciplinares, v. 8, n. 3, 2013.

SOUZA, Fábio Gomes de Matos. Tratamento da depressão. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 21, p. 18-23, 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000500005.

TEODORO, Maycoln LM; CARDOSO, Bruna Moraes; FREITAS, Ana Carolina Huff. Afetividade e conflito familiar e sua relação com a depressão em crianças e adolescentes. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 23, p. 324-333, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200015.

VIRGOLINO, Fernando Silvio de Souza, SILVA, Amanda Bezerra da, PORTO, Sarah Coêlho de Araújo Silva, SOUZA NETO, Vinicius Lino de, SARAIVA, Alynne Mendonça. Mudança no ciclo familiar diante da síndrome do ninho vazio: uma revisão. Rev UninCor. 2013; v. 11 , n. 1, p. 456-64. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/945.

Ensaio

O NATAL ANTES DO NASCIMENTO DE JESUS

Paulo de Tarso Santini Tonon

Raízes históricas e míticas

O Natal em todas as comunidades cristãs é a comemoração do nascimento de Jesus Cristo – filho de uma virgem, que encarnou a própria divindade, conviveu com os homens e se sacrificou pela sua salvação.

Na verdade, o cristianismo – relativamente recente na história da civilização – se apropriou de datas e festividades muito mais antigas, assim como revitalizou e assimilou relatos e crenças muito anteriores ao seu surgimento.

Apesar de tais referências não se constituírem em consenso junto aos pesquisadores da história antiga, amiúde se relaciona a data de 25 de dezembro ao final da Saturnália, aos cultos de Mitra e à adoração do Sol durante o Império Romano. A data, bastante próxima ao solstício do inverno no hemisfério norte, era consagrada à celebração do Sol Invicto - *Dies Natalis Solis Invicti.*

O Sol é mitológicamente associado a Apolo, Dioniso, Rá, Surya e Mitra. Sempre vitorioso sobre as trevas, anunciava no solstício o tempo de se preparar para a primavera – o renascimento da vida. A associação de Jesus Cristo com o Sol é clara e direta e remete à sua ressurreição, mas trataremos desse aspecto mais adiante.

Os antigos romanos, durante o Século II ,muito apreciavam Mitra e um grande número de romanos praticava o mitraísmo – culto iniciático do qual só participavam homens e que, ao que se sabe, guardava grandes semelhanças para com a maçonaria. O nascimento de Mitra-Menino, divindade indo-persa da Luz, era comemorado pelos romanos em 25 de dezembro. A história do nascimento de Mitra relata que ele foi visitado naquela ocasião por magos, que o presentearam com mirra, ouro e incenso. Essa não é a única analogia que podemos encontrar entre o Mitra-Menino e o Menino Jesus. Mitra funcionava como mediador entre Deus e os homens, tinha no sacrifício o caminho da salvação e seu culto promovia batismos e comunhões.

Também no antigo Egito encontramos a informação de que Isis (Rainha dos Céus) deu à luz o Deus-Filho. Entre os Celtas, a Mãe-Terra - como Maria igualmente virgem - estava destinada a dar à luz o Filho de Deus. Podemos encontrar o culto às Deusas-Virgens-Mães em muitas religiões africanas, em povos pré-colombianos e em quase todas as seitas iniciáticas do oriente.

O que se relata sobre o nascimento e infância de Jesus de Nazaré é semelhante às histórias de muitos divinos salvadores da humanidade, cujas trajetórias espelham o que Carl Gustav Jung descrevia como o Mito do Herói. O herói nasce sob circunstâncias um tanto misteriosas, porta grande força – física, ética e espiritual, triunfa sobre as trevas e é comum que morra ainda jovem, antes de chegar à velhice.

A Ressurreição

Outro elemento comum ao salvador que é humano, mas carrega em si a força mística da divindade, é o advento de sua ressurreição. Os reis astecas, cujo poder provinha da divindade – assim como o poder dos monarcas europeus – ressuscitaria com o nascer do sol, caso sua vida lhe fosse tomada injustamente. Osíris, depois de ser morto e esquartejado por seu irmão, volta à vida pelas mãos de Isis, que com ele tem um filho – Horus. Horus se torna o primeiro Faraó e Osíris, seu pai, o soberano do reino dos mortos.

A ressurreição de Jesus, três dias após sua paixão, morte e sepultamento, é celebrada na tradição cristã pela Páscoa. Temos aqui mais um exemplo de como antigas crenças e tradições foram assimiladas pelo cristianismo. A Páscoa é uma festa móvel, ou seja, não tem um dia determinado para sua comemoração e poucos têm conhecimento de como sua data é calculada ano após ano.

De fato, a Páscoa remonta a uma celebração muito antiga, pertencente à tradição dos Druidas. Ainda hoje é comemorada como na antiguidade, no primeiro domingo de lua cheia, depois do sol entrar na constelação de Áries – o equinócio da primavera no hemisfério norte, o que se dá normalmente por volta do dia 21 de março.

Assim como o solstício de inverno marca o início de um novo ciclo em que os dias se tornam cada vez mais longos até a plenitude do verão, a primavera marca o renascimento da vida, após o período gelado do inverno. Os símbolos que hoje usamos para representar a Páscoa são alusivos à continuidade da vida, representada pelo ovo e à fertilidade, representada pelos coelhos, animais que procriam em profusão.

Os Símbolos do Natal

- A Árvore

Não é por acaso que a tradicional árvore de Natal é um pinheiro. Os pinheiros são árvores de folhas perenes, que não caem no outono, mantendo-se verdes pelo ano todo, mesmo sob neve, o que se constitui num símbolo adequado para representar a vida. Paradoxalmente, o cipreste – representação da morte em muitas culturas, é também uma árvore de folhas perenes. A perenidade da vida e de morte como parte do mesmo processo é um elemento filosófico e religioso em praticamente todas as culturas. Árvores da vida e árvores da morte são elementos simbólicos de religiosidade e devoção de um enorme número de crenças e cultos que se desenvolveram ao longo da história da humanidade. Povos germânicos e celtas cultuavam entidades que habitavam o interior das árvores, assim como os romanos. As árvores sempre se encontraram ligadas à ideia de fertilidade, prazer, abundância, generosidade e proteção.

A concepção da árvore de Natal, com enfeites, velas e guirlandas, remonta aos povos escandinavos que decoravam as árvores com redes e aos poloneses, que as enfeitavam com velas. Dentre os estudiosos das tradições cristãs, a versão mais aceita para o costume natalino de enfeitar um pinheiro atribui a autoria dessa prática a Martinho Lutero (1483-1546). Segundo tal versão, Lutero em uma véspera de Natal, teria se encantado com pinheiros cobertos de neve, tendo estrelas brilhantes como fundo. Buscando reproduzir a beleza que observara, levou um galho de pinheiro para casa e o enfeitou com algodão e velas.

-Papai Noel

O bom velhinho que presenteia as crianças tem origem na história de Nicolau, que foi bispo em Mira, nascido em Bari no Século IV. Nascido em família de posses, Nicolau tinha o costume de ofertar presentes e auxiliar pessoas em dificuldade. O nome Papai Noel deriva do holandês *Sinterklaas* que, na América do Norte se converteu em *Santa Klaus*. Na Finlândia é chamado de *Joulupukke* que, em tradução literal significa "cabra do Yule". O Yule era um festival pagão dos povos que colonizaram a Europa central e a Escandinávia.

Sua caracterização mais popular atualmente é a de um senhor de barbas brancas vestido de vermelho – criação do ilustrador Haddon Sundblom, por encomenda do marketing da Coca cola em 1931.

A reunião de pessoas para um banquete com troca de presentes já era uma tradição na Saturnália dos romanos. A tradição, capitaneada pela figura do Papai Noel se incorporou aos hábitos natalinos e hoje, representa grande expectativa de movimento por parte do comércio.

Considerações finais

Podemos perceber pelo que até aqui foi mencionado, que as tradições que hoje praticamos nas festas natalinas – e na Páscoa a elas associada – já existiam muito antes do nascimento de Jesus.

A crença no nascimento de um deus que se faz humano e se sacrifica pela humanidade também antecede em milênios o que se atribui à figura de Jesus Cristo, nos levando a hipotetizar que tais idéias compõem o que Carl Gustav Jung teorizou como o inconsciente coletivo – um grande arcabouço de símbolos e narrativas que habita cada um dos seres humanos e que caracteriza a relação da humanidade para com o mundo em que habita.

De todo modo, não podemos desconsiderar o valor que a prática do amor, da generosidade e do perdão nos oferta a todos, mesmo que restrita às festas de fim de ano.

Assim sendo, que todos tenham um Natal de Paz, Harmonia e comunhão junto aos seus!

SOBRE O AUTOR

Paulo de Tarso Santini Tonon é graduado em Psicologia e Pedagogia, Mestre em Arte e Saúde pela Universidade de São Paulo, Especialista em Psicoterapia de Abordagem Corporal pelo Instituto Sedes Sapientiae, Analista Bioenergético pelo IABSP, Terapeuta Somático pelo IBB. Especialista em Tanatologia pela RNT e especializando em Neuropsicologia pela FAVENI. Integra o corpo docente do curso de Psicologia da UNISAN.

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista UNISAN tem por finalidade publicar artigos acadêmicos, ensaios e resenhas de seus professores, alunos e outros colaboradores, no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual tanto o docente quanto o discente possam manifestar os resultados de sua produção intelectual e profissional. Nosso periódico acadêmico é publicado e difundido interna e externamente.

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico revista@santarita.br, gravados em formato .doc ou .docx. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, sempre que cabível, fazer constar a referência à publicação na revista.

Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome completo, sem abreviações ou supressões do(s) autor(es), nome da instituição de origem, graduação, titulação e vinculação a entidades de ensino, quando for o caso, além do e-mail a ser divulgado na publicação.

O artigo deverá apresentar resumo do conteúdo, três a cinco palavras-chave e os seus correspondentes em língua estrangeira - inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano.

Os textos deverão ser digitados na fonte Calibri 11 com espaçamento simples, justificado e sem numeração de páginas. As margens devem ser: superior - 3cm; inferior - 2cm; esquerda - 3cm; direita - 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no rodapé, com numeração que se inicia a cada página.

As citações com mais de três linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, referidass em nota de rodapé ou seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página(s) do texto citado; aquelas com menos de três linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas, sendo a fonte citada da mesma forma que acima descrito, ou em nota de rodapé. As ilustrações devem ser identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas deverão estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es).

O Corpo Editorial não se obriga a publicar as colaborações que lhe forem remetidas. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos não publicados serão devolvidos aos seus autores desde que isso seja a nós requerido.